

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	18
DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	84
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	492.106.495
Preferenciais	0
Total	492.106.495
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	5.234.229	3.882.921
1.01	Ativo Circulante	422.398	63.349
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.403	61.258
1.01.02	Aplicações Financeiras	358.827	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	358.827	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.172	3
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.172	3
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.172	3
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	996	2.088
1.01.08.03	Outros	996	2.088
1.01.08.03.03	Outros Créditos	996	2.088
1.02	Ativo Não Circulante	4.811.831	3.819.572
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.080	1.056
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.080	1.056
1.02.01.10.05	Outros Créditos	1.080	1.056
1.02.02	Investimentos	4.810.751	3.818.516
1.02.02.01	Participações Societárias	4.810.751	3.818.516

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	5.234.229	3.882.921
2.01	Passivo Circulante	4.731	659.846
2.01.02	Fornecedores	216	2.904
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	216	2.904
2.01.03	Obrigações Fiscais	440	242
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	440	242
2.01.03.01.02	Tributos a Pagar	440	242
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.306	650.116
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	650.116
2.01.04.02	Debêntures	1.306	0
2.01.04.02.01	Debêntures	1.306	0
2.01.05	Outras Obrigações	2.769	6.584
2.01.05.02	Outros	2.769	6.584
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	193	157
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	73	4.395
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	2.503	2.032
2.02	Passivo Não Circulante	1.054.323	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.054.124	0
2.02.01.02	Debêntures	1.054.124	0
2.02.01.02.01	Debêntures	1.054.124	0
2.02.02	Outras Obrigações	197	0
2.02.02.02	Outros	197	0
2.02.02.02.07	Obrigações de Aquisições e Outras Obrigações	197	0
2.02.03	Tributos Diferidos	2	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2	0
2.03	Patrimônio Líquido	4.175.175	3.223.075
2.03.01	Capital Social Realizado	3.033.065	2.116.001
2.03.01.01	Capital social subscrito	2.116.001	2.116.001
2.03.01.02	Adiantamento para futuro aumento capital	917.064	0
2.03.02	Reservas de Capital	322.153	321.469
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	377.602	377.602
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.156	472
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.04	Reservas de Lucros	939.168	939.168
2.03.04.01	Reserva Legal	20.801	20.801
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	74.671	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	843.696	843.696
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	55.499	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-174.710	-153.563
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-82.801	-41.741
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	-53.909	5.359
2.03.08.04	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	-891	-891

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.08.05	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada	3.534	3.534
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	79.181	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	75.605	153.818	422.460	445.654
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.245	-14.492	-1.229	-2.225
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-303	-962	-94	-59
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	80.153	169.272	423.783	447.938
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	75.605	153.818	422.460	445.654
3.06	Resultado Financeiro	-35.103	-86.499	15	18
3.06.01	Receitas Financeiras	9.497	22.005	16	21
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.600	-108.504	-1	-3
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	40.502	67.319	422.475	445.672
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1	-1	0	0
3.08.02	Diferido	-1	-1	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.501	67.318	422.475	445.672
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	40.501	67.318	422.475	445.672
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0823	0,1368	1,0585	1,6418
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0801	0,1331	1,0315	1,5808

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	40.501	67.318	422.475	445.672
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	27.920	35.085
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-38.369	-89.915	0	0
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.057	30.647	0	0
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	21.429	79.181	0	0
4.02.05	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	0	0	-119.824	-119.824
4.02.07	Equivalência sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-13.914	-27.828
4.03	Resultado Abrangente do Período	36.618	87.231	316.657	333.105

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-410.575	93.859
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.270	-2.266
6.01.01.01	Lucro líquido do período	67.318	445.672
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	91	0
6.01.01.07	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	108.422	0
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-14.229	0
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	-169.272	-447.938
6.01.01.11	Ações e opções de ações outorgadas	400	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	48.671	96.125
6.01.03	Outros	-451.976	0
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-105.664	0
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	6.609	0
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-352.921	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-860.057	0
6.02.01	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	-800.000	0
6.02.03	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-13.644	0
6.02.06	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-46.413	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.266.777	-92.333
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	1.100.000	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-689.578	0
6.03.07	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-7.866	0
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-52.843	-92.333
6.03.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	917.064	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.855	1.526
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	61.258	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57.403	1.527

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	917.064	684	0	-52.879	0	864.869
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	684	0	0	0	684
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	-52.879	0	-52.879
5.04.12	Adiantamento para futuro aumento de capital	917.064	0	0	0	0	917.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.318	19.913	87.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.318	0	67.318
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	19.913	19.913
5.05.02.06	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	-89.915	-89.915
5.05.02.07	Opção de recompra de participação acionária	0	0	0	0	79.181	79.181
5.05.02.08	Efeito reflexo sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	30.647	30.647
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	41.060	-41.060	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	62.210	-62.210	0
5.06.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-21.150	21.150	0
5.07	Saldos Finais	3.033.065	322.153	939.168	55.499	-174.710	4.175.175

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	255	-67.993	-24.155	0	-91.893
5.04.08	Dividendos propostos	0	0	-67.993	-24.155	0	-92.148
5.04.09	Remuneração com base em ações	0	255	0	0	0	255
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	445.672	35.085	480.757
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	445.672	0	445.672
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	35.085	35.085
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	35.085	35.085
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.000.000	339.227	615.211	27.828	-147.652	1.834.614
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	27.828	-27.828	0
5.06.05	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	1.000.000	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.989
5.06.06	Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	0	-38.375	0	0	0	-38.375
5.07	Saldos Finais	1.000.001	339.482	547.218	449.345	-112.567	2.223.479

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.222	-2.285
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.270	-2.225
7.02.04	Outros	-934	-60
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-934	-60
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.222	-2.285
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.222	-2.285
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	192.350	447.960
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	169.272	447.938
7.06.02	Receitas Financeiras	23.078	22
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	187.128	445.675
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	187.128	445.675
7.08.01	Pessoal	8.409	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.574	0
7.08.01.02	Benefícios	2.835	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.868	1
7.08.02.01	Federais	2.868	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.533	2
7.08.03.01	Juros	108.504	2
7.08.03.02	Aluguéis	29	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	67.318	445.672
7.08.04.02	Dividendos	52.879	24.155
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.439	421.517

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	15.104.672	11.846.050
1.01	Ativo Circulante	4.091.868	2.339.878
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	96.985	657.043
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.358.397	1.055.269
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.358.397	1.055.269
1.01.03	Contas a Receber	297.625	364.501
1.01.03.01	Clientes	297.625	364.501
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	297.625	364.501
1.01.06	Tributos a Recuperar	85.729	74.455
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	85.729	74.455
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	82.537	73.052
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	3.192	1.403
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	253.132	188.610
1.01.08.03	Outros	253.132	188.610
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	59.855	60.293
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	25.794	3.547
1.01.08.03.03	Outros Créditos	151.054	103.698
1.01.08.03.04	Conta de ressarcimento	16.429	21.072
1.02	Ativo Não Circulante	11.012.804	9.506.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	434.468	337.952
1.02.01.07	Tributos Diferidos	138.435	112.360
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	296.033	225.592
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	253.596	187.546
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	1.243	11.697
1.02.01.10.06	Outros Créditos	38.111	26.349
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	3.083	0
1.02.02	Investimentos	105.596	87.491
1.02.02.01	Participações Societárias	105.596	87.491
1.02.03	Imobilizado	8.770.141	7.343.248
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.059.013	6.283.911
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	6.056.914	6.281.812
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	106.543	94.571
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	97.524	87.461
1.02.03.02.02	Direito de Uso de Edificações Arrendadas	9.019	7.110
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.604.585	964.766
1.02.04	Intangível	1.702.599	1.737.481
1.02.04.01	Intangíveis	1.702.599	1.737.481
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	20.554	22.121
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	750.058	747.775
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	834.922	898.322
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	97.065	69.263

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	15.104.672	11.846.050
2.01	Passivo Circulante	1.127.507	1.813.566
2.01.02	Fornecedores	268.333	361.332
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	268.333	361.332
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.000	89.558
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	76.000	89.558
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	28.397	48.608
2.01.03.01.02	Tributos a Pagar	47.603	40.950
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	485.183	936.382
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.841	711.636
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	63.841	708.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	3.636
2.01.04.02	Debêntures	421.342	224.746
2.01.05	Outras Obrigações	275.610	404.045
2.01.05.02	Outros	275.610	404.045
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	324	1.227
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	11.960	14.426
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	183.014	112.261
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	51.918	43.919
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	5.735	218.758
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	22.659	13.454
2.01.06	Provisões	22.381	22.249
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.381	22.249
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	22.381	22.249
2.02	Passivo Não Circulante	8.585.083	5.998.248
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.408.322	5.280.139
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.178.707	1.899.283
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	808.013	459.949
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.370.694	1.439.334
2.02.01.02	Debêntures	5.229.615	3.380.856
2.02.02	Outras Obrigações	1.100.696	642.329
2.02.02.02	Outros	1.100.696	642.329
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	197.095	35.930
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	115.184	102.178
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	142.486	133.836
2.02.02.02.06	Encargos Setoriais	8.675	6.086
2.02.02.02.07	Outras obrigações	145.645	128.968
2.02.02.02.08	Conta de ressarcimento	419.278	69.388
2.02.02.02.09	Obrigações de aquisições	72.333	165.943
2.02.03	Tributos Diferidos	2.949	8.632
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.949	8.632
2.02.04	Provisões	73.116	67.148
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	73.116	67.148
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	73.116	67.148
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.392.082	4.034.236
2.03.01	Capital Social Realizado	3.033.065	2.116.001

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.01.01	Capital social subscrito	2.116.001	2.116.001
2.03.01.02	Adiantamento para futuro aumento capital	917.064	0
2.03.02	Reservas de Capital	322.153	321.469
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	377.602	377.602
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.156	472
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.04	Reservas de Lucros	939.168	939.168
2.03.04.01	Reserva Legal	20.801	20.801
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	74.671	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	843.696	843.696
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	55.499	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-174.710	-153.563
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-82.801	-41.741
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	-53.909	5.359
2.03.08.04	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	-891	-891
2.03.08.05	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada	3.534	3.534
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	79.181	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.216.907	811.161

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	786.558	2.084.272	661.705	1.223.126
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-554.795	-1.464.031	-649.968	-1.042.003
3.03	Resultado Bruto	231.763	620.241	11.737	181.123
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.522	-143.803	-45.591	-78.299
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-60.829	-170.346	-50.533	-92.277
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-895	8.437	5.171	13.885
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.202	18.106	-229	93
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	185.241	476.438	-33.854	102.824
3.06	Resultado Financeiro	-35.772	-237.648	-109.856	-226.665
3.06.01	Receitas Financeiras	115.322	273.714	56.178	70.655
3.06.02	Despesas Financeiras	-151.094	-511.362	-166.034	-297.320
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	149.469	238.790	-143.710	-123.841
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.901	-55.994	573.223	579.924
3.08.01	Corrente	-15.364	-57.105	37.363	22.337
3.08.02	Diferido	-31.537	1.111	535.860	557.587
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	102.568	182.796	429.513	456.083
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	102.568	182.796	429.513	456.083
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	40.501	67.318	422.475	445.672
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	62.067	115.478	7.038	10.411
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0823	0,1368	1,0585	1,6418
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0801	0,1331	1,0314	1,5808

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	102.568	182.796	429.513	456.083
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	141	284	0	0
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-38.440	-89.986	28.030	53.051
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.057	30.647	0	0
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	21.429	79.181	0	0
4.02.05	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	0	0	-119.824	-119.824
4.02.06	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-28.307	-42.163
4.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	0	0	-110	-17.966
4.02.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	0	0	14.393	14.335
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	98.755	202.922	323.695	343.516
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	36.618	87.231	316.657	333.105
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	62.137	115.691	7.038	10.411

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.337.994	466.836
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	771.241	256.106
6.01.01.01	Lucro líquido do período	182.796	456.083
6.01.01.02	Depreciação e amortização	368.976	263.650
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	119.998	-81.826
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	-84	760
6.01.01.05	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	8.650	5.251
6.01.01.06	Tributos e contribuições sociais diferidos	-1.111	-557.587
6.01.01.07	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	311.499	210.029
6.01.01.08	Juros sobre passivo de arrendamento	6.918	4.867
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-209.903	-17.153
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	-18.106	-93
6.01.01.11	Ações e opções de ações outorgadas	684	255
6.01.01.12	Baixa de bens do ativo	924	-524
6.01.01.13	Marcação a mercado de derivativos	0	-22.046
6.01.01.15	Ganho na venda de imobilizado	0	-5.560
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	285.239	213.165
6.01.03	Outros	-2.394.474	-2.435
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-172.897	-118.927
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-6.918	-4.250
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-101.177	-39.366
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-253	-72
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	118.346	15.564
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-2.231.575	144.616
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.802.450	-606.581
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-1.693.274	-552.885
6.02.03	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	0	-27.200
6.02.04	Venda de controlada	0	97.203
6.02.06	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-108.929	-778.216
6.02.08	Caixa advindo de incorporação de controlada	0	790.994
6.02.10	Liquidação de instrumento derivativo - NDF	0	-10.005
6.02.11	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-247	-123.779
6.02.12	Redução de capital	0	-6.307
6.02.13	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	0	3.614
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.580.386	173.304
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	2.432.917	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-760.347	-554.981
6.03.04	Aumento de capital	196.658	0
6.03.05	Reservas de capital	163.167	0
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-2.230	-316
6.03.07	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-65.548	-719

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-123.552	-92.333
6.03.09	Liquidação de instrumento derivativo	-132.858	0
6.03.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	917.064	0
6.03.12	Emissão de ações preferenciais em subsidiárias	0	817.503
6.03.13	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	-44.885	4.150
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-560.058	33.559
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	657.043	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	96.985	33.560

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.04	Transações de Capital com os Sócios	917.064	684	0	-52.879	0	864.869	290.055	1.154.924
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	196.658	196.658
5.04.09	Reservas de capital	0	0	0	0	0	0	163.167	163.167
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	684	0	0	0	684	0	684
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	-52.879	0	-52.879	-69.770	-122.649
5.04.12	Adiantamento para futuro aumento de capital	917.064	0	0	0	0	917.064	0	917.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.318	19.913	87.231	115.691	202.922
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.318	0	67.318	115.478	182.796
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	19.913	19.913	213	20.126
5.05.02.06	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	-89.915	-89.915	213	-89.702
5.05.02.07	Opção de recompra de participação acionária	0	0	0	0	79.181	79.181	0	79.181
5.05.02.08	Efeito reflexo sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	30.647	30.647	0	30.647
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	41.060	-41.060	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	62.210	-62.210	0	0	0
5.06.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-21.150	21.150	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.033.065	322.153	939.168	55.499	-174.710	4.175.175	1.216.907	5.392.082

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	255	-67.993	-24.155	0	-91.893	811.197	719.304
5.04.08	Dividendos propostos	0	0	-67.993	-24.155	0	-92.148	0	-92.148
5.04.09	Remuneração com base em ações	0	255	0	0	0	255	0	255
5.04.10	Redução de capital	0	0	0	0	0	0	-6.307	-6.307
5.04.11	Aumento de capital em controladas em conjunto	0	0	0	0	0	0	817.504	817.504
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	445.672	35.085	480.757	10.411	491.168
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	445.672	0	445.672	10.411	456.083
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	35.085	35.085	0	35.085
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	35.085	35.085	0	35.085
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.000.000	339.227	615.211	27.828	-147.652	1.834.614	0	1.834.614
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	27.828	-27.828	0	0	0
5.06.05	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	1.000.000	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.989	0	1.872.989
5.06.06	Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	0	-38.375	0	0	0	-38.375	0	-38.375
5.07	Saldos Finais	1.000.001	339.482	547.218	449.345	-112.567	2.223.479	821.608	3.045.087

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	3.422.433	1.830.673
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.393.492	1.361.524
7.01.02	Outras Receitas	41.880	17.708
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	987.061	451.441
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.178.176	-1.253.326
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-946.101	-694.605
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-805.757	-222.517
7.02.04	Outros	-426.318	-336.204
7.02.04.01	Serviços de Terceiros	-364.572	-335.566
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-61.746	-638
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.244.257	577.347
7.04	Retenções	-374.868	-254.818
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-374.868	-254.818
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	869.389	322.529
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	300.838	72.056
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.105	93
7.06.02	Receitas Financeiras	282.733	71.963
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.170.227	394.585
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.170.227	394.585
7.08.01	Pessoal	124.336	73.071
7.08.01.01	Remuneração Direta	96.405	54.490
7.08.01.02	Benefícios	17.911	12.970
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.128	3.763
7.08.01.04	Outros	3.892	1.848
7.08.01.04.01	Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	3.892	1.848
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	374.392	-425.388
7.08.02.01	Federais	269.780	-450.952
7.08.02.02	Estaduais	104.324	25.435
7.08.02.03	Municipais	288	129
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	488.703	290.819
7.08.03.01	Juros	486.700	289.440
7.08.03.02	Aluguéis	2.003	1.379
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	182.796	456.083
7.08.04.02	Dividendos	52.879	24.155
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.439	421.517
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	115.478	10.411

Comentário do Desempenho

1. Perfil

A AES Brasil Energia S.A., é uma Companhia de capital aberto, tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia e suas controladas tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 3,7 GW, sendo 2.658,3 MW hídrico, 731,6 MW eólico e 295,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em construção 915 MW de novos parques eólicos, e possui em desenvolvimento até 3 GW de capacidade instalada de novos projetos renováveis.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da AES Operações é composto por nove usinas hidráulicas ("UHEs") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs").

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Operações, controlada direta, concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da AES Operações, controlada direta. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a AES Operações, controlada direta, concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 30 de abril de 2021, a AES Operações, controlada direta concluiu a aquisição dos Complexos Eólicos MS e Santos. Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possui 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializado por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Em 24 de maio de 2021, a AES Operações concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 588 MW, localizado no Rio Grande do Norte.

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 279,3 MW pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte e fator de capacidade acima da média dos parques eólicos onshore do Brasil.

Em 30 de julho de 2021, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPEs com capacidade instalada de 632,4 MW, localizadas também no Rio Grande do Norte, que compõem a segunda fase projeto Cajuína, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 124.202.

Os três complexos eólicos anteriormente mencionados Complexo Eólico Santa Tereza, Serra Verde e São Ricardo compõem o denominado pela empresa Complexo Eólico Cajuína.

Além disso, o grupo AES Brasil possui aproximadamente 1,3 GW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda, incluindo 260,4 MW do Complexo Eólico Tucano e o acordo de compra de aproximadamente 1,0 GW remanescente do projeto greenfield eólico no Rio Grande do Norte – Complexo Eólico Cajuína – assinado em março de 2020.

Fonte Solar

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Comentário do Desempenho

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

Em 11 de junho de 2021, foi executada a venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente alienação de 100% das quotas da controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

Além disso, foi adquirido um *pipeline* de 378,0 MW de capacidade instalada em estágio avançado de desenvolvimento (Projeto Solar Arinos), a ser contratado em um momento em que as condições de mercado se mostrem favoráveis.

1.1 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	9M22	9M21	Var. R\$	Var. %
Receita operacional bruta	2.435.372	1.379.234	1.056.138	76,6%
Deduções da receita operacional bruta	(351.100)	(156.108)	(194.992)	124,9%
Receita operacional líquida	2.084.272	1.223.126	861.146	70,4%
Custo de produção e operação de energia	(1.464.031)	(1.042.003)	(422.028)	40,5%
Lucro bruto	620.241	181.123	439.118	242,4%
Despesas operacionais	(161.909)	(78.392)	(83.517)	106,5%
Resultado financeiro	(237.648)	(226.665)	(10.983)	4,8%
Equivalência patrimonial	18.106	93	18.013	19368,8%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	238.790	(123.841)	362.631	-292,8%
Tributos sobre o lucro	(55.994)	579.924	(635.918)	-109,7%
Lucro líquido do período	182.796	456.083	(273.287)	-59,9%
Atribuído a quotistas da empresa controladora	67.318	445.672	(378.354)	-84,9%
Atribuído a acionistas não controladores	115.478	10.411	105.067	1009,2%

Em milhares de reais - Consolidado

Devido à primeira etapa da reorganização societária ter sido concluída em 29 de março de 2021, na qual a AES Brasil incorporou as ações da AES Operações, a Companhia considerou imaterial os valores das operações de dois dias até 31 de março de 2021 provenientes de sua atual controlada AES Operações, tanto para fins de equivalência patrimonial na Controladora quanto para inclusão no resultado no Consolidado. Portanto, passou a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021. Esse fato afetou a comparabilidade das informações de resultado visto que em 2022 é apresentado o resultado acumulado de 9 meses e em 2021 apenas 6 meses.

No período de 30 de setembro de 2022 a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$182.796. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram resultado da Companhia.

1.2 Receita operacional líquida

Comentário do Desempenho

	9M22		9M21		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	9.740	1.823.515	5.477	956.255	77,8%	90,7%
Mercado de curto prazo						
MRE	208	2.898	-	-		
SPOT	330	15.676	43	3.437	668,4%	356,1%
Outros	-	23.088	-	73.236		-68,5%
Contratos de energia eólicos	1.606	338.636	515	252.545	211,8%	34,1%
Contratos de energia solares	444	135.884	166	76.051	167,2%	78,7%
Contratos de comercialização energia	661	53.795	-	-		
Outras receitas	-	41.880	-	17.710		136,5%
Receita Operacional Bruta	12.989	2.435.372	6.201	1.379.234	109,5%	76,6%
Deduções da receita operacional bruta		(351.100)		(156.108)		124,9%
Receita Operacional Líquida		2.084.272		1.223.126		70,4%

Em milhares de reais - Consolidado

A Variação da receita operacional líquida é explicada principalmente por:

- Aumento de receita proveniente da venda de contratos bilaterais no montante de R\$ 867.260, principalmente em função de volume no período de 4.263,20 GWh e preço médio dos contratos de geração hidroelétrica R\$ 187,22/GWh;
- Aumento de receita proveniente dos contratos de energia eólica e solares, no montante de R\$145.924, principalmente em função da contribuição dos Complexos Mandacaru e Salinas que entraram para o portfólio da Companhia no 2T21;
- Receita proveniente dos contratos de comercialização de energia no montante de R\$ 67.628, em função do início das operações em 2022;
- Aumento de outras receitas no montante de R\$ 24.170, em função da multa por atraso a receber pelas SPES Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4 previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico (*achievement of substantial completion*), com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- O resultado do mercado de curto prazo apresenta uma variação negativa de 35.011 em 2022, principalmente devido a ganhos com a Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM) registrada em 2021.
- *Curtailment*, uma restrição involuntária de geração das usinas requisitada pelo ONS, sobretudo pela capacidade insuficiente de escoamento da energia eólica gerada na região, que impossibilitou a geração de 18,8 GWh no 1T22 em Alto Sertão II. Há discussões em andamento junto à ANEEL para definição das regras de ressarcimento aos geradores afetados por tal restrição.

1.3 Custos e despesas operacionais

Os custos de produção e operação de energia somados aos custos operacionais e despesas gerais e administrativas no período findo em 30 de setembro de 2022 apresentaram uma variação de 46,36%, montante de R\$ 519.378 sendo explicada principalmente por:

Comentário do Desempenho

- Depreciação e amortização no montante de R\$120.224, principalmente referente à amortização do intangível reconhecido na repactuação do risco hidrológico (Acordo do GSF) no 4T20 e 1T21 e em função da adição do Complexo Eólico Salinas e Mandacaru no portfólio da Companhia ocorrida no 2T21;
- Custo com energia comprada para revenda no montante de R\$ 145.137, no custo de produção e operação de energia;
- Encargos de uso da rede elétrica correspondente a R\$ 77.337, serviços de terceiros no montante de R\$ 86.561 e despesas com pessoal e administradores no montante de R\$ 59.951, principalmente em função da contribuição dos Complexos Mandacaru e Salinas que entraram para o portfólio da Companhia no 2T21.

1.4 Resultado financeiro

No período de 30 de setembro de 2022 o resultado financeiro líquido consolidado apresentou um aumento de despesa de R\$10.983. Contribuiu para esse desempenho principalmente os seguintes fatores:

- Encargos de dívida, com variação no período equivalente a R\$369.511 devido a provisão dos juros incorridos no período;
- Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 12.971, devido principalmente a indexação ao IPCA e CDI do período;
- Atualização monetária de ressarcimento no montante de R\$ 12.346.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- Renda com aplicações financeiras no montante de R\$ 212.228 decorre da melhora na estratégia de alocação dos recursos disponíveis para aplicação, do maior saldo médio de caixa no período e da maior taxa média de rentabilidade no período;
- Juros capitalizados no montante de R\$179.232 proveniente do maior saldo do ativo qualificável para capitalização devido principalmente à construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína.

1.5 Tributos sobre o lucro

- Refere-se ao diferido ativo registrado na controlada direta AES Operações, no montante de R\$532.611, decorrentes da reorganização societária realizada em setembro de 2021.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.403	61.258	96.985	657.043
Investimentos de curto prazo	4	358.827	—	3.358.397	1.055.269
Contas a receber de clientes	5	—	—	297.625	364.501
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	5.172	3	82.537	73.052
Outros tributos a recuperar	6	—	—	3.192	1.403
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	—	—	25.794	3.547
Cauções e depósitos vinculados	8	—	—	59.855	60.293
Conta de ressarcimento	9	—	—	16.429	21.072
Outros ativos	10	996	2.088	151.054	103.698
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		422.398	63.349	4.091.868	2.339.878
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos diferidos	7	—	—	138.435	112.360
Cauções e depósitos vinculados	8	—	—	253.596	187.546
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	—	—	3.083	—
Conta de ressarcimento	9	—	—	1.243	11.697
Outros ativos	10	1.080	1.056	38.111	26.349
Investimentos em controladas e joint ventures	11	4.810.751	3.818.516	105.596	87.491
Imobilizado, líquido	12	—	—	8.770.141	7.343.248
Intangível, líquido	13	—	—	1.702.599	1.737.481
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.811.831	3.819.572	11.012.804	9.506.172
TOTAL DO ATIVO		5.234.229	3.882.921	15.104.672	11.846.050

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	216	2.904	268.333	361.332
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.306	650.116	485.183	936.382
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	—	—	28.397	48.608
Outros tributos a pagar	15	440	242	47.603	40.950
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30	193	157	324	1.227
Provisões para processos judiciais e outros	19	—	—	22.381	22.249
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	—	—	22.659	13.454
Encargos setoriais	20	—	—	11.960	14.426
Obrigações de aquisições	21	73	4.395	183.014	112.261
Conta de ressarcimento	9	—	—	5.735	218.758
Outras obrigações	22	2.503	2.032	51.918	43.919
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		4.731	659.846	1.127.507	1.813.566
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.054.124	—	7.408.322	5.280.139
Passivo de arrendamento	17	—	—	115.184	102.178
Tributos diferidos	7	2	—	2.949	8.632
Obrigações com benefícios pós-emprego	18	—	—	142.486	133.836
Provisões para processos judiciais e outros	19	—	—	73.116	67.148
Encargos setoriais	20	—	—	8.675	6.086
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	—	—	197.095	35.930
Obrigações de aquisições	21	—	—	72.333	165.943
Conta de ressarcimento	9	—	—	419.278	69.388
Outras obrigações	22	197	—	145.645	128.968
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.054.323	—	8.585.083	5.998.248
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	23	2.116.001	2.116.001	2.116.001	2.116.001
Reserva de capital	23	322.153	321.469	322.153	321.469
Reserva de lucros	23	939.168	939.168	939.168	939.168
Outros resultados abrangentes	23	(174.710)	(153.563)	(174.710)	(153.563)
Lucros acumulados		55.499	—	55.499	—
Subtotal		3.258.111	3.223.075	3.258.111	3.223.075
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	917.064	—	917.064	—
Subtotal		4.175.175	3.223.075	4.175.175	3.223.075
Participação de acionistas não controladores	23.2	—	—	1.216.907	811.161
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.175.175	3.223.075	5.392.082	4.034.236
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		5.234.229	3.882.921	15.104.672	11.846.050

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
30 de setembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita operacional líquida	25	—	—	—	786.558	2.084.272	661.705	1.223.126
Custo de produção e operação de energia	26	—	—	—	(554.795)	(1.464.031)	(649.968)	(1.042.003)
LUCRO BRUTO		—	—	—	231.763	620.241	11.737	181.123
Gerais e administrativas	27	(4.245)	(14.492)	(1.229)	(60.829)	(170.346)	(50.533)	(92.277)
Outras (despesas) receitas operacionais	28	(303)	(962)	(94)	(895)	8.437	5.171	13.885
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(4.548)	(15.454)	(1.323)	(61.724)	(161.909)	(45.362)	(78.392)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(4.548)	(15.454)	(1.323)	170.039	458.332	(33.625)	102.731
Receitas financeiras		9.497	22.005	16	115.322	273.714	56.178	70.655
Despesas financeiras		(44.600)	(108.504)	(1)	(151.094)	(511.362)	(166.034)	(297.320)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	29	(35.103)	(86.499)	15	(35.772)	(237.648)	(109.856)	(226.665)
Resultado de equivalência patrimonial	11	80.153	169.272	423.783	15.202	18.106	(229)	93
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		40.502	67.319	422.475	149.469	238.790	(143.710)	(123.841)
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	—	—	(15.364)	(57.105)	37.363	22.337
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	(1)	—	(31.537)	1.111	535.860	557.587
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7	(1)	(1)	—	(46.901)	(55.994)	573.223	579.924
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		40.501	67.318	422.475	102.568	182.796	429.513	456.083
Atribuído a acionistas da empresa controladora		40.501	67.318	422.475	40.501	67.318	422.475	445.672
Atribuído a acionistas não controladores		—	—	—	62.067	115.478	7.038	10.411
Lucro por ação (em reais)								
Básico	24	0,0823	0,1368	1,0586	0,0823	0,1368	1,0586	1,6418
Diluído	24	0,0801	0,1331	1,0315	0,0801	0,1331	1,0315	1,5808

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
30 de setembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	40.501	67.318	422.475	445.672	102.568	182.796	429.513	456.083
Outros resultados abrangentes								
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro								
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	—	—	(119.824)	(119.824)	—	—	(119.824)	(119.824)
Equivalência sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	—	—	(13.914)	(27.828)	—	—	—	—
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	—	—	27.920	35.085	—	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	—	—	28.030	53.051
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	—	—	(110)	(17.966)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	(28.307)	(42.163)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	14.393	14.335
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	—	—	—	—	141	284	—	—
Hedge de fluxo de caixa	(38.369)	(89.915)	—	—	(38.440)	(89.986)	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.057	30.647	—	—	13.057	30.647	—	—
Opção de recompra de participação acionária	21.429	79.181	—	—	21.429	79.181	—	—
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	36.618	87.231	316.657	333.105	98.755	202.922	323.695	343.516
Atribuído a acionistas da empresa controladora					36.618	87.231	316.657	333.105
Atribuído a acionistas não controladores					62.137	115.691	7.038	10.411

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30 de setembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reservas de Lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Subtotal do patrimônio líquido Controladora	Adiantamento o para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 23.2)	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital social	Reservas de capital	Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal							
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	445.672	445.672	—	445.672	10.411	456.083
<u>Resultado abrangente total:</u>													
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada		—	—	—	—	—	35.085	—	35.085	—	35.085	—	35.085
<u>Transações com os acionistas:</u>													
Remuneração com base em ações		—	255	—	—	—	—	—	255	—	255	—	255
Dividendos propostos		—	—	(67.993)	—	—	—	(24.155)	(92.148)	—	(92.148)	—	(92.148)
Redução de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(6.307)	(6.307)
Aumento de capital em controladas em conjunto		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	817.504	817.504
<u>Efeitos da reorganização societária</u>													
Incorporação de ações da AES Tietê Energia		1.000.000	377.602	615.211	—	—	(119.824)	—	1.872.989	—	1.872.989	—	1.872.989
Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A.		—	(38.375)	—	—	—	—	—	(38.375)	—	(38.375)	—	(38.375)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>													
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	(27.828)	27.828	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2021		1.000.001	339.482	547.218	—	—	(112.567)	449.345	2.223.479	—	2.223.479	821.608	3.045.087
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.116.001	321.469	843.696	74.671	20.801	(153.563)	—	3.223.075	—	3.223.075	811.161	4.034.236
<u>Outros resultados abrangentes:</u>													
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	67.318	67.318	—	67.318	115.478	182.796
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada		—	—	—	—	—	(89.915)	—	(89.915)	—	(89.915)	213	(89.702)
Efeito reflexo sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	—	—	—	30.647	—	30.647	—	30.647	—	30.647
Opção de recompra de participação acionária	22	—	—	—	—	—	79.181	—	79.181	—	79.181	—	79.181
<u>Transações com os acionistas:</u>													
Remuneração com base em ações		—	684	—	—	—	—	—	684	—	684	—	684
Reservas de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	163.167	163.167
Distribuição de dividendos intermediários		—	—	—	—	—	—	(52.879)	(52.879)	—	(52.879)	(69.770)	(122.649)
Aumento de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	196.658	196.658
Adiantamento para futuro aumento de capital	34	—	—	—	—	—	—	—	—	917.064	917.064	—	917.064
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>													
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	(62.210)	62.210	—	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	—	—	—	—	—	21.150	(21.150)	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2022		2.116.001	322.153	843.696	74.671	20.801	(174.710)	55.499	3.258.111	917.064	4.175.175	1.216.907	5.392.082

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
30 de setembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	67.318	445.672	182.796	456.083
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	—	—	368.976	263.650
Variação monetária e cambial	91	—	119.998	(81.826)
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	19	—	(84)	760
Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	—	—	8.650	5.251
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	16 e 29	108.422	311.499	210.029
Juros sobre passivo de arrendamento	17	—	6.918	4.867
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	—	(14.229)	(209.903)	(17.153)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(169.272)	(18.106)	(93)
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	—	(1.111)	(557.587)
Ações e opções de ações outorgadas	—	400	684	255
Baixa de bens do ativo	—	—	924	(524)
Ganho na venda de imobilizado	—	—	—	(5.560)
Marcação a mercado de derivativos	—	—	—	(22.046)
Variação de ativos e passivos operacionais	—	48.671	285.239	213.165
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	16 e 29	(105.664)	(172.897)	(118.927)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	17	—	(6.918)	(4.250)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	—	—	(101.177)	(39.366)
Pagamento de processos judiciais e outros	19	—	(253)	(72)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	—	(352.921)	(2.231.575)	144.616
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	—	6.609	118.346	15.564
Caixa líquido (usado) nas atividades operacionais	(410.575)	93.859	(1.337.994)	466.836
Atividades de investimentos:				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	11	(800.000)	—	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	—	(1.693.274)	(552.885)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	11	(13.644)	—	(27.200)
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	11, 13 e 21	(46.413)	(108.929)	(778.216)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	19	—	(247)	(123.779)
Redução de capital	—	—	—	(6.307)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	—	—	—	3.614
Liquidação de instrumento derivativo - NDF	—	—	—	(10.005)
Venda de controlada	—	—	—	97.203
Caixa advindo de incorporação de controlada	—	—	—	790.994
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(860.057)	—	(1.802.450)	(606.581)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	16	1.100.000	2.432.917	—
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	16	(7.866)	(65.548)	(719)
Adiantamento para futuro aumento de capital	34	917.064	917.064	—
Emissão de ações preferenciais em subsidiárias	—	—	—	817.503
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	16	(689.578)	(760.347)	(554.981)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	—	(52.843)	(123.552)	(92.333)
Liquidação de instrumento derivativo	—	—	(132.858)	—
Aumento de capital	—	—	196.658	—
Reservas de capital	—	—	163.167	—
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	17	—	(2.230)	(316)
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	—	—	(44.885)	4.150
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	1.266.777	(92.333)	2.580.386	173.304
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.855)	1.526	(560.058)	33.559
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	61.258	1	657.043	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	57.403	1.527	96.985	33.560

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
30 de setembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
1. RECEITAS	—	—	3.422.433	1.830.673
Receita bruta de venda de energia	—	—	2.393.492	1.361.524
Outras receitas operacionais	—	—	41.880	17.708
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	—	987.061	451.441
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.222)	(2.285)	(2.178.176)	(1.253.326)
Materiais	(18)	—	(805.757)	(222.517)
Serviços de terceiros	(4.270)	(2.225)	(364.572)	(335.566)
Custo da energia comprada e transmissão	—	—	(946.101)	(694.605)
Outros custos operacionais	(934)	(60)	(61.746)	(638)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(5.222)	(2.285)	1.244.257	577.347
4. RETENÇÕES	—	—	(374.868)	(254.818)
Depreciação e amortização	—	—	(374.868)	(254.818)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(5.222)	(2.285)	869.389	322.529
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	192.350	447.960	300.838	72.056
Equivalência patrimonial	169.272	447.938	18.105	93
Receitas financeiras	23.078	22	282.733	71.963
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	187.128	445.675	1.170.227	394.585
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	187.128	445.675	1.170.227	394.585
Pessoal	8.409	—	124.336	73.071
Remuneração e encargos	5.574	—	96.405	54.490
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	2.835	—	17.911	12.970
Previdência privada	—	—	3.892	1.848
FGTS	—	—	6.128	3.763
Tributos (Governos)	2.868	1	374.392	(425.388)
Federais	2.868	1	206.664	(481.714)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1	—	55.993	(579.925)
COFINS	923	1	86.957	60.132
PIS	150	—	41.794	26.890
INSS	1.605	—	19.737	8.789
Encargos sociais - Outros	189	—	2.183	2.400
Estaduais	—	—	104.324	25.435
ICMS	—	—	103.746	23.824
Outros	—	—	578	1.611
Municipais	—	—	288	129
IPTU	—	—	288	123
ISS	—	—	—	6
Encargos setoriais	—	—	63.116	30.762
Pesquisa e desenvolvimento	—	—	15.889	9.041
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	—	10.788	7.257
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	—	36.439	14.464
Remuneração de capital de terceiros	108.533	2	488.703	290.819
Juros	108.504	2	486.700	289.440
Aluguéis	29	—	2.003	1.379
Remuneração de capitais próprios	67.318	445.672	182.796	456.083
Lucros retidos	14.439	421.517	14.439	421.517
Dividendos	52.879	24.155	52.879	24.155
Participação de acionistas não controladores	—	—	115.478	10.411

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A ("Companhia" ou "controladora"), anteriormente denominada AMETHYSTUS A007.20 PARTICIPAÇÕES S.A., é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil S.A. e indiretamente pela The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

Aquisição de ativos de Cordilheira dos Ventos

Em 27 de janeiro de 2022, a AES Brasil, por meio da controlada AES GF1 Holding, garantiu o direito de ser a primeira proponente no leilão judicial da unidade produtiva isolada (UPI) Cordilheira dos Ventos, controlada pelo Grupo Renova ("Renova") e localizado no Rio Grande do Norte, realizado no âmbito do processo de recuperação judicial da Renova. Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e recuperações judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da Unidade Produtiva Isolada Cordilheira dos Ventos ("UPI Cordilheira dos Ventos"), no qual a AES GF1 Holding S.A. foi a única participante, declarando-a como vencedora do leilão pelo valor de R\$42.000, pago em parcela única em julho de 2022. Os ativos adquiridos foram os seguintes: R\$ 20.929 relacionado a imobilizado em andamento e R\$21.071 relacionado a intangível de direitos e projetos em desenvolvimento, totalizando R\$42.000, reconhecidos com base em laudo econômico-financeiro emitido por empresa de avaliação independente.

Em 26 de julho de 2022 foi assinado o termo de fechamento. A UPI Cordilheira dos Ventos é constituída por parte dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, próximo ao Complexo Cajuína e com capacidade de desenvolvimento eólico de até 305MW.

Acordo de Investimento com BRF S.A.

Em 16 de agosto de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I firmou um acordo de investimento com a BRF S.A. ("BRF") com o objetivo de investimento e desenvolvimento de projeto de geração de energia eólica.

O Projeto possui aproximadamente 160MW de capacidade eólica instalada, equivalentes a 92MW médios de energia assegurada a P50 (P50 é uma abreviação para o Percentil 50% de probabilidade de que a produção real de energia do empreendimento seja no mínimo a Produção de Energia Certificada P50), dos quais 80 MW médios serão comercializados por meio de um contrato com prazo de 15 anos ("PPA") com início de vigência em 2024 firmado entre as SPEs Santa Tereza 01, Santa Tereza 04, Santa Tereza 10 e São Ricardo 11 e BRF na data do fechamento da operação.

O Projeto está sendo desenvolvido no Complexo Eólico Cajuína, no Estado do Rio Grande do Norte, a construção de Cajuína 1 e 2 tiveram início no 2º trimestre de 2022. O CAPEX estimado para o desenvolvimento do parque eólico é de aproximadamente R\$5,6 milhões/MW instalado.

Em 21 de dezembro de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I transferiu a totalidade das ações da Santa Tereza 01, Santa Tereza 04, Santa Tereza 10 e São Ricardo 11 para a controlada indireta Potengi, mediante a emissão de 9.796.541 ações ordinárias e aumento de capital no montante de R\$9.797.

Em 14 de março de 2022, a controlada direta AES Operações juntamente com sua controlada indireta Tucano Holding I celebraram com a BRF um acordo de acionistas com o objetivo de investimento e desenvolvimento de projeto de geração de energia eólica. Com isso, a participação societária da Tucano Holding I no capital social da Potengi reduziu de 100% para 50%. A transação não resultou em perda de

Notas Explicativas

controle por parte da Tucano Holding I, que continua controlando e consolidando a Potengi sob o modelo de participação votante.

Acordo de Investimento com Unipar

Em 22 de dezembro de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I firmou um acordo de investimento com a Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Unipar") com o objetivo de investimento e desenvolvimento de projeto de geração de energia eólica.

O Projeto possui aproximadamente 91,2 MW de capacidade eólica instalada, dos quais 38 MW médios serão comercializados por meio de um contrato com prazo de 20 anos ("PPA") com início de vigência em 2024 firmado entre as SPEs Ventos de São Ricardo 03 e Ventos de São Ricardo 04 e Unipar na data do fechamento da operação.

O Projeto está sendo desenvolvido no Complexo Eólico Cajuína, no Estado do Rio Grande do Norte. A construção de Cajuína 2 teve início no 2º trimestre de 2022 e o CAPEX estimado para o desenvolvimento do parque eólico é de aproximadamente 5.941/MW instalado.

Em 22 de fevereiro de 2022, a controlada indireta Tucano Holding I transferiu a totalidade das ações da Ventos de São Ricardo 03 e Ventos de São Ricardo 04 para a controlada indireta Veleiros, mediante a emissão de 72.576.002 ações ordinárias e aumento de capital no montante de R\$72.576.

Em 19 de agosto de 2022, a controlada indireta Tucano Holding I celebrou com a Unipar um acordo de acionistas com o objetivo de investimento e desenvolvimento de projeto de geração de energia eólica. Com isso, a participação societária da Tucano Holding I no capital social da Veleiros reduziu de 100% para 50,5%. A transação não resultou em perda de controle por parte da Tucano Holding I, que continua controlando e consolidando a Veleiros sob o modelo de participação votante.

Extensão do prazo de outorga

Em 08 de fevereiro de 2022 foi realizada a 4ª Reunião pública da diretoria da ANEEL e, entre os assuntos em pauta, foi aprovado a extensão do prazo de outorga para exploração das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto no art. 7º da Resolução Normativa nº 895/2020, onde estão as usinas hidrelétricas Água Vermelha, Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Nova Avanhandava, Caconde, Euclides da Cunha, Limoeiro e PCH Mogi-Guaçu. Foi aprovada a minuta de Termo Aditivo, que visa formalizar a extensão dos prazos de outorga, cuja publicação foi por feita por meio da Resolução Autorizativa nº 11.132/2022. Adicionalmente, em 15 de março de 2022 foi realizada a 8ª Reunião pública da diretoria da ANEEL e, entre os assuntos em pauta, foi aprovada igualmente ao processo anterior a extensão do prazo de vigência das outorgas de autorização das Pequenas Centrais Hidrelétricas São Joaquim e São José, conforme Resolução Autorizativa nº 11.344/2022, sendo que este processo não enseja nenhum aditivo contratual. Em 14 de abril de 2022, foi formalizado o prazo de extensão das outorgas pela controlada AES Operações através do termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 092/1999.

Notas Explicativas

Captação de debêntures

Em 08 de março de 2022, a Companhia emitiu a sua primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, no montante de R\$1.100.000, custo de CDI + 2,30% a.a. e prazo de 3 anos. A emissão é um empréstimo ponte que tem por objetivo financiar a construção de 684MW de capacidade instalada do Complexo Eólico Cajuína, o que incluiu liquidar antecipadamente, em 22 de março de 2022 a Nota Comercial emitida pela Companhia em 23 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 16).

Em 15 de junho de 2022, a AES Cajuína AB1 Holdings S.A. emitiu as suas primeiras debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, no montante de R\$ 950.000, custo de IPCA + 7,0718% a.a. e prazo de 22 anos. A emissão tem por objetivo financiar a construção de 230,1MW de capacidade instalada do Complexo Eólico Cajuína – Cluster AES (nota explicativa nº 16).

Em 04 de julho de 2022 foi emitido o parecer definindo que a emissão de debêntures da AES Cajuína AB1 Holdings S.A está alinhada aos indicadores "Green Bond Principles" (GBP) e, portanto, classificada com o título verde. Com isso, a Companhia passa a somar quatro emissões de debêntures verdes.

Acordo de investimento com Itaú Unibanco S.A. (2ª fase)

Em 03 de janeiro de 2022, a AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais emitidas pela controlada indireta Guaimbê Holding e integralizou R\$360.000 passando a deter participação de 23,41% de seu capital social.

A transação foi concluída em 06 de janeiro de 2022 e incluiu a contribuição, na Guaimbê Holding, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding, sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos, Miassaba e Rei Dos Ventos; bem como sua participação nas sociedades AGV IV, AGV V e AGV VI, que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste (notas explicativas nº 3.4 e 11).

AES Comercializadora

Em 7 de julho de 2022, por meio do despacho nº 1.824 da ANEEL, a AES Comercializadora de Energia Ltda foi autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. Esta Companhia atuará como comercializadora de energia, tendo como principal objetivo garantir presença estratégica no mercado de energia brasileiro, gestão ativa das posições transferidas e gerenciamento de risco de preço, mercado e portfólio.

Aquisição de Complexo Eólico

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações ("SPA") com a Cubico Brasil S.A. para à aquisição da totalidade das ações representativas do capital social das sociedades de propósito específico ("SPEs") que compõem o Complexo Eólico Ventos do Araripe, Caetés e Cassino com 456 MW de capacidade eólica operacional, localizados nos estados Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Sul, respectivamente.

O valor total da Operação (*enterprise value*) é de até R\$ 2.036.000 milhões, sendo: (i) R\$ 1.105.000 de *equity*; e (ii) R\$ 931.000 de assunção da dívida. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes acordadas no âmbito do SPA, todas elas compatíveis com operações da mesma natureza.

Notas Explicativas

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de outubro de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2022, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (*“deemed cost”*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de adoção.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, publicadas em 28 de fevereiro de 2022. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as informações contábeis anuais.

Notas Explicativas

Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.2	Geração eólica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Complexo Eólico Cajuína	(a)
1.5	Complexos Salinas e Mandacarú	(a)
1.6	Complexo Fotovoltaico AES Arinos	(a)
1.7	Obrigações de expansão	(a)
4.2	Políticas contábeis e estimativas	(a)
4.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
4.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
4.7	Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021	(a)
4.8	Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes	(a)
4.9	Entidades controladas	(b)
16.3	Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos	(b)
20.1	Previdência privada	(a)
20.2	Programa de incentivo à aposentadoria	(a)
20.3	Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego	(a)
26	Destinação do resultado	(a)
32	Compromissos	(b)
34.2	Hierarquia do valor justo	(a)
34.3 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
34.3 (b.1)	Risco de crédito	(b)
34.3 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
34.3 (c.1)	Risco hidrológico	(a)
34.3 (c.2)	Risco em renováveis não-hídricas	(a)
34.3 (c.3)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
34.3 (c.4)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
34.3 (c.5)	Risco socioambiental	(a)
34.3 (c.6)	Risco de obrigação de expansão	(a)
34.3 (c.7)	Risco da escassez de vento	(a)
35	Seguros	(a)
38	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

- (a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.
- (b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

3.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas

Notas Explicativas

controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema EmpresasNet

No quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema EmpresasNet da CVM, o Adiantamento para futuro aumento de capital, apesar de não corresponder a "Capital Social Integralizado", está apresentado na coluna com essa indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

3.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

3.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Devido a primeira etapa da reorganização societária, na qual a Companhia incorporou as ações da AES Operações, ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imateriais os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Operações para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado no Consolidado. Portanto, passou a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021. Esse fato afetou a comparabilidade das informações de resultado apresentada nesse período.

Notas Explicativas



Após as alterações no percentual de participações e criação de novas controladas, ocorridas durante o período findo em 30 de setembro de 2022, as entidades estão assim apresentadas:

				Participação	
Descrição	Atividade	Complexo	Sede	30/09/2022	31/12/2021
Controlada direta					
AES Arinos Solar Holding S.A	Holding	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
Controladas indiretas					
Potengi Holdings S.A (Potengi)	Holding	Holding	São Paulo, SP	50%	100%
Veleiros Holdings S.A. (Veleiros)	Holding	Holding	São Paulo, SP	50,50%	100%
AES Cajuína AB1 Holdings S.A.	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	0%
AES Cajuína AB2 Holdings S.A	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	0%
AES Cajuína AB3 Holdings S.A	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	0%
AES Tucano Holding I S.A. (Tucano Holding I)	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	45,84%	100%
AES Arinos Solar I S.A	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
AES Arinos Solar II S.A	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
AES Arinos Solar III S.A	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
AES Arinos Solar IV S.A	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
AES Arinos Solar V S.A	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
AES Arinos Solar VI S.A	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
AES Arinos Solar VII S.A	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
AES Arinos Solar VIII S.A	Geração solar	Complexo Arinos	Arinos, MG	100%	0%
Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas Ltda	Geração eólica	Cordilheira dos Ventos	São Paulo - SP	100%	0%

A Companhia deixou de apresentar a nota explicativa completa, pois os demais investimentos não sofreram alteração. Conforme destacado na nota explicativa nº 3.1 a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2021, publicadas em 28 de fevereiro de 2022.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	70	56	10.532	9.501
Operação compromissada	57.333	61.202	86.453	647.542
Subtotal	57.403	61.258	96.985	657.043
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	358.827	—	3.358.397	1.055.269
Subtotal	358.827	—	3.358.397	1.055.269
Total	416.230	61.258	3.455.382	1.712.312

A composição da linha CDB-DI no Consolidado refere-se, principalmente a aplicações: (i) da Controladora no montante de R\$ 358.827, (ii) da controlada direta AES Operações no montante de R\$781.457 e (iii) das controladas indiretas AB1 Cajuina R\$378.416 e Complexo Tucano nos montantes de R\$1.120.638, decorrentes dos novos financiamentos contratados para construção dos projetos.

Os investimentos de curto prazo em 30 de setembro de 2022 estão representados por operações com CDB-DI com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 91,61% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,32% do CDI em 31 de dezembro de 2021). Para a operação compromissada a rentabilidade média em 30 de setembro de 2022 foi de 75,56% do CDI.

Notas Explicativas



5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado					30/09/2022	31/12/2021
	Saldos vencidos	Saldos vencidos					
		Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias		
CIRCULANTE							
Consumidores livres	196.244	4.473	113	167	19	201.016	301.522
Mercado de curto prazo	15.911	78	1.484	26	938	18.437	3.547
Contratos de energia eólicos	51.626	—	55	—	—	51.681	47.367
Contratos de energia solares	18.182	—	—	—	—	18.182	12.026
Contratos de comercialização de energia	8.297	—	—	—	—	8.297	—
Serviços prestados	—	—	—	1	11	12	39
Total	290.260	4.551	1.652	194	968	297.625	364.501

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia avaliou e não possui expectativa de perdas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar				
Imposto de renda	—	—	22.899	49.223
Contribuição social	—	—	9.924	19.764
Imposto de renda retido na fonte	5.172	3	49.714	4.065
Total	5.172	3	82.537	73.052
Outros tributos a recuperar				
PIS e Cofins	—	—	1.659	1.064
Outros	—	—	1.533	339
Total	—	—	3.192	1.403
Total	5.172	3	85.729	74.455

Notas Explicativas



7. TRIBUTOS DIFERIDOS

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

		Consolidado			
		Balanco Patrimonial		Resultado	
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Notas	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021
Tributos ativos:					
Prejuízo fiscal e base negativa		539.479	538.976	503	533.000
Provisão para participação nos lucros e resultados		3.995	4.875	(880)	640
Provisão para processos fiscais, trabalhistas, cíveis e	19	30.634	28.688	1.946	525
Provisão de benefício a empregados		4.475	1.534	2.941	892
Provisão para redução ao provável valor de realização de		2.027	2.027	—	—
Créditos fiscais de ágios incorporados	7.3	69.303	78.849	(9.546)	(3.443)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		9.286	11.475	(2.189)	1.286
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		56.256	25.609	—	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		43.970	43.970	—	—
Ressarcimento de energia	9	11.939	6.104	5.835	648
Variação cambial não realizada		517	439	78	2.740
Outros		3.398	3.521	(123)	(62)
Tributos passivos:					
Ativo imobilizado - custo atribuído	12	(274.667)	(295.818)	21.151	7.167
Ativo intangível - uso do bem público	13	(6.988)	(7.521)	533	178
Atualização de cauções e depósitos vinculados	19	(1.137)	(746)	(391)	(132)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		(20.974)	(21.684)	710	(1.653)
Variação Cambial Ativa Não Realizada		(1.523)	(4.183)	2.660	(8.659)
Ativo intangível - GSF	13	(283.874)	(305.430)	21.556	7.185
Penalidade contratual fornecedores		(616)	(4.284)	3.668	—
Juros Capitalizados		(43.436)	—	(43.436)	—
Outros		(6.578)	(2.673)	(3.905)	(4.452)
Ativo fiscal diferido, líquido		135.486	103.728	1.111	535.860
Apresentação no balanço patrimonial					
Tributos diferidos do ativo não circulante		138.435	112.360		
Tributos diferidos do passivo não circulante		(2.949)	(8.632)		
Total		135.486	103.728		

Os tributos diferidos são apresentados por complexo e pelo valor líquido, a seguir:

		Consolidado			
		30/09/2022		31/12/2021	
Complexo		Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
AES Comercializadora	—		(1.299)	(1.299)	—
AES Operações	760.201		(632.598)	127.603	105.211
AES Tietê Integra	3.160		—	3.160	2.843
Complexo Tucano	—		(829)	(829)	(1.206)
Complexo Alto Sertão II	5.790		(921)	4.869	4.102
Complexo AGV	52		(80)	(28)	154
Complexo Ouroeste	—		(306)	(306)	(363)
Complexo Guaimbê	—		(432)	(432)	(2.648)
Complexo Ventus	2.444		(1.055)	1.389	(4.365)
Complexo Salinas e Mandacaru	3.632		(2.273)	1.359	—
Consolidado		775.279	(639.793)	135.486	103.728

Notas Explicativas



A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	103.728
Impacto no resultado	1.111
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	30.647
Saldos em 30 de setembro de 2022	135.486

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022		01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	—	—	—	—	(10.300)	(5.064)	(39.791)	(17.314)
Diferidos	(1)	—	(1)	—	(23.155)	(8.382)	531	580
Total	(1)	—	(1)	—	(33.455)	(13.446)	(39.260)	(16.734)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	40.502	40.502	67.319	67.319	149.469	149.469	238.790	238.790
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferenças temporárias Sem Imposto Diferido Constituído	(35)	(35)	96	96	(35)	(35)	96	96
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(51.287)	(51.287)	10.698	10.698	(69.151)	(69.485)	20.294	19.654
Amortização da mais valia em combinação de negócios	—	—	—	—	148	148	3.185	3.185
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	—	—	—	—	10.669	10.669	29.322	29.322
Doações	52	52	52	52	(318)	(318)	91	91
Resultado de equivalência patrimonial (i)	10.327	10.327	(78.792)	(78.792)	(15.202)	(15.202)	(18.106)	(18.106)
Ajuste lucro presumido	—	—	—	—	(114.390)	(101.405)	(145.786)	(115.962)
Juros capitalizados de controladas	—	—	—	—	145.617	145.617	—	—
Atualização SELIC de créditos tributários	—	—	—	—	(231)	(231)	(2.695)	(2.695)
Incentivo do PAT	—	—	—	—	404	—	—	—
Outras	440	440	627	627	(4.181)	1.910	4.158	4.230
Total das adições (exclusões)	(40.503)	(40.503)	(67.319)	(67.319)	(46.670)	(28.332)	(109.441)	(80.185)
Resultado ajustado	(1)	(1)	—	—	102.799	121.137	129.349	158.605
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	—	—	—	—	(25.700)	(10.902)	(32.337)	(14.274)
Ajustes de anos anteriores	—	—	—	—	(8.036)	(2.593)	(8.031)	(2.590)
Outros	(1)	—	(1)	—	281	49	1.108	130
Total da despesa com tributos	(1)	—	(1)	—	(33.455)	(13.446)	(39.260)	(16.734)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	22,4%	9,0%	17,8%	7,6%

(i) Refere-se ao resultado da equivalência patrimonial da controladora, no montante de R\$78.792. Nas demonstrações dos resultados, a rubrica Resultado de equivalência patrimonial totaliza o montante de R\$169.272, representado pela equivalência patrimonial da controladora mencionada acima, somado ao valor dos juros capitalizados de R\$90.480.

7.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais (i)	856.556	836.258
Base negativa de contribuição social (ii)	860.881	841.222
Diferenças temporárias (iii)	265.182	232.774

(i) O montante de R\$856.556 de Prejuízos fiscais é composto por: (a) R\$ 558.603 do Complexo Alto Sertão II; (b) R\$ 259.720 da controlada direta AES Brasil Operações; (c) R\$ 11.860 do Complexo Salinas e Mandacaré; (d) R\$10.698 da controladora; (e) R\$ 7.709 do AES Tietê Integra; (f) R\$5.283 de Complexo

Notas Explicativas



Tucano; (g) R\$ 1.312 do Guaimbê Holding; (h) R\$ 1.192 do Complexo Cajuína (i) R\$ 174 do Complexo Ventus e (j) R\$ 5 Complexo Arinos

(ii) O montante de R\$ 860.881 de base negativa de contribuição social é composto por: (a) R\$ 558.603 do Complexo Alto Sertão II; (b) R\$ 264.055 da controlada direta AES Brasil Operações; (c) R\$ 11.860 do Complexo Salinas e Mandacarú (d) R\$ 10.698 da controladora; (e) R\$ 7.699 da AES Tietê Integra (f) R\$ 5.283 do Complexo Tucano; (g) R\$ 1.312 da Guaimbê Holding; (h) R\$ 1.192 do Complexo Cajuína; (i) R\$ 174 do Complexo Ventus e (j) R\$ 5 do Complexo Arinos

(iii) O montante de R\$ 265.182 de diferenças temporárias é composto, majoritariamente, por: (a) R\$ 161.868 da Complexo Salinas e Mandacarú; (b) R\$ 87.534 da controlada direta AES Brasil Operações; (c) R\$ 15.613 do Guaimbê Holding; (d) R\$ 257 do Complexo Tucano, R\$ 96 da controladora e parcialmente compensado por R\$186 do Complexo Alto Sertão II.

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas *holdings*, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

7.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Operações, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Operações apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado		
	30/09/2022		31/12/2021
	Ágio	Provisão	Valor Líquido
			Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda			
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652
Amortização acumulada	(196.390)	129.617	(66.773)
Subtotal	123.174	(81.295)	41.879
AES Gás Ltda.			
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740
Amortização acumulada	(734.329)	491.809	(242.520)
Subtotal	73.975	(49.755)	24.220
AES Tietê Participações S.A.			
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023
Amortização acumulada	(73.001)	48.182	(24.819)
Subtotal	9.419	(6.215)	3.204
Total	206.568	(137.265)	69.303

Notas Explicativas



A movimentação dos créditos fiscaís do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	78.849
Amortização	(28.454)
Reversão	18.908
Saldo em 30 de setembro de 2022	69.303

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Notas	Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Garantias de compromissos contratuais		16.699	16.366
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	19	18.082	16.823
Garantias de financiamento (i)		25.074	27.104
Subtotal		59.855	60.293
NÃO CIRCULANTE			
Garantias de financiamento (i)		248.039	182.274
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	19	5.557	5.272
Subtotal		253.596	187.546
Total		313.451	247.839

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da controlada direta AES Operações no montante de R\$27.957 e as controladas indiretas, composto pelo Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus, Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas e Tucano F1 a Tucano F4, nos montantes de R\$32.350 R\$10.771, R\$193.968 e R\$8.067 respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média consolidada de 91,61% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 30 de setembro de 2022 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	247.839
Adições (i)	203.583
Atualização monetária	20.480
Baixas e resgates (ii)	(158.451)
Saldo em 30 de setembro de 2022	313.451

(i) As adições no montante de R\$ 203.583, são compostas por: (a) garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Salinas e Mandacaru, Complexo Eólico Alto Sertão II, 8ª emissão de debêntures da controlada direta AES Operações, das Tucano F1 a Tucano F4 e do Complexo Eólico Ventus, respectivamente nos valores de R\$ 135.762, R\$ 33.401, R\$ 21.692, R\$ 7.822 e R\$ 4.492; (b) R\$ 300 depósitos judiciais e (c) R\$ 114 referente a garantias contratuais .

(ii) Os resgates no montante de 158.451, são compostas por: (a) garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Salinas e Mandacaru, Complexo Eólico Alto Sertão II, 8ª emissão de debêntures da controlada direta AES Operações, do Complexo Tucano e do Complexo Ventus, respectivamente nos valores de R\$ 105.129, R\$ 31.118, R\$ 16.822, R\$ 5.147 e 68; (b) R\$ 148 depósitos judiciais e (c) R\$ 19 referente a garantias contratuais.

Notas Explicativas



9. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas que operam contratos do LER 2009, LER 2010 e a CCEE e os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos.

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Conta de ressarcimento	16.429	21.072
Ativo não circulante		
Conta de ressarcimento	1.243	11.697
Total ativo	17.672	32.769
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	5.735	218.758
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	419.278	69.388
Total passivo	425.013	288.146

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.769	(288.146)
Adição/reversão (i)	(7.373)	(132.204)
Amortização	(716)	7.683
Atualização monetária	—	(12.346)
Ressarcimento contratual (ii)	(7.008)	—
Saldos em 30 de setembro de 2022	17.672	(425.013)

(i) refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função da baixa velocidade do vento dos complexos Mandacarú e Ventus.

(ii) refere-se ao ressarcimento de energia atrelado ao contrato de manutenção, que obedece a regras similares às regras do Órgão regulador.

Suspensão de devolução de ressarcimento

Do saldo total de R\$ 425.013 do passivo de ressarcimento, R\$ 285.763 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019, emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros

Notas Explicativas



compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas.

Em 30 de setembro de 2022, os saldos contabilizados referentes ao *Constrained-off* no passivo de ressarcimento correspondem a R\$ 285.763, sendo R\$ 105.909 para o LER 2009, R\$ 47.389 para o LER 2010 e R\$ 132.465 para o LER 2011.

10. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				
Contas a receber sobre venda de controlada (i)	—	—	30.211	36.071
Almoxarifado (ii)	—	—	45.449	31.902
Indenização de seguro a receber	—	428	11.264	10.299
Contas a receber de partes relacionadas	30	932	1.659	445
Despesas pagas antecipadamente (iii)	46	—	11.817	5.086
Contas a receber sobre venda de participação acionária	—	—	1.732	1.690
Adiantamento a empregados	5	—	2.334	579
Outras contas a receber	28	—	1.600	—
Saldo de marcação a mercado de derivativo embutido (iv)	—	—	12.446	—
Multa por atraso em Tucanos (v)	—	—	26.922	—
Outros	13	1	6.834	18.012
Subtotal	996	2.088	151.054	103.698
NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos sobre ressarcimento (vi)	—	—	14.152	7.233
Despesas pagas antecipadamente (iii)	—	—	3.151	4.462
Imposto de renda	1.080	1.003	4.779	4.707
Contas a receber de partes relacionadas	30	—	4.636	2.967
INSS	—	—	1.762	1.762
ICMS	—	—	1.390	1.390
Outras contas a receber	28	—	6.133	—
Outros	—	53	2.108	3.828
Subtotal	1.080	1.056	38.111	26.349
Total	2.076	3.144	189.165	130.047

(i) Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, foi concretizada a venda de 100% das quotas de sua controlada direta AES Tietê Inova e suas controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data.

(ii) O montante de R\$45.449 no consolidado de almoxarifado é composto principalmente por R\$15.088 do Complexo Salinas e Mandacaru, R\$12.781 da AES Operações, R\$11.134 do Complexo Alto Sertão, R\$2.349 do Complexo AGV, do Complexo Boa Hora R\$1.452, R\$1.348 do Complexo Guaimbê e R\$1.297 do Complexo Ventus.

(iii) O saldo de R\$11.817 no consolidado refere-se principalmente às despesas a apropriar de seguros patrimoniais e terrorismos.

(iv) Refere-se aos saldos de derivativos embutidos, cuja exposição cambial e consequente marcação a mercado foram cessadas, uma vez que a controlada direta Tucano Holding I exerceu a opção de fixar os valores do contrato em Reais. Por se tratar de contratos de fornecimento de imobilizado, este saldo será capitalizado na medida que os desembolsos com o fornecedor forem sendo efetuados.

(v) Refere-se a multa por atraso a receber pelas SPes Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4 previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

(vi) Refere-se a Pis e Cofins sobre ressarcimento de eólicas e solares.

Notas Explicativas



11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

A Companhia detém investimentos em empresas controladas direta e indiretas e indiretamente em *joint ventures*. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A controlada direta AES Operações detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III, empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*") com a Unipar Carbocloro S.A. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na controladora e consolidado.

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	4.794.614	3.802.379	105.596	87.491
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (i)	16.137	16.137	—	—
Total	4.810.751	3.818.516	105.596	87.491

(i) Refere-se às aquisições dos Complexos Arinos, no montante de R\$16.137, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 13.

A movimentação dos investimentos para o período findo em 30 de setembro de 2022 é como segue:

	Controladora		
	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.802.379	16.137	3.818.516
Equivalência patrimonial	169.272	—	169.272
Aquisição do Complexo Cordilheira dos Ventos	42.000	—	42.000
Aumento de capital	13.644	—	13.644
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	800.000	—	800.000
Dividendos	(52.879)	—	(52.879)
Remuneração com base em ações	285	—	285
Derivativos - Outros resultados abrangentes (ii)	19.913	—	19.913
Saldos em 30 de setembro de 2022	4.794.614	16.137	4.810.751

(i) Em março, junho e setembro de 2022 a Companhia aportou AFACs na controlada Tucano Holding I nos montantes de R\$200.000 e R\$100.000 e R\$500.000, respectivamente, com as mesmas características. Os instrumentos possuem características de patrimônio, são irrevogáveis e irreversíveis e deverão ser capitalizados em até 120 dias contados a partir da data da realização.

(ii) O montante se refere ao efeito reflexo do *hedge* do empréstimo contratado no banco Scotiabank pela AES Operações em dezembro de 2020 (1ª série) no montante de R\$600.000 e em março de 2021 (2ª série) no montante de R\$800.000, com a finalidade de reforço de capital de giro.

Notas Explicativas



	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Aquisição de Controladas	Aumento de capital	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Remuneração com base em ações	Saldos em 30 de setembro de 2022
AES Tucano I S.A.	600.000	21.269	800.000	—	—	—	(4.177)	—	1.417.092
AES Brasil Operações	3.202.379	145.070	—	—	—	(52.879)	24.090	285	3.318.945
AES Comercializadora de Energia	—	2.942	—	—	12.000	—	—	—	14.942
AES GF1 Holdings	—	(2)	—	42.000	2	—	—	—	42.000
AES GF2 Holdings	—	(1)	—	—	924	—	—	—	923
AES Arinos Holding	16.137	(6)	—	—	718	—	—	—	16.849
Total	3.818.516	169.272	800.000	42.000	13.644	(52.879)	19.913	285	4.810.751

Controlada	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado
AES Brasil Operações S.A.	1.995.532.616	100%	1.768.304	3.230.234	75.859	75.859
AES Comercializadora	12.000.000	100%	12.000	14.943	2.943	2.943
AES GF1 Holdings	1.900	100%	42.002	42.000	(2)	(2)
AES GF2 Holdings	702.900	100%	924	922	(2)	(2)
AES Arinos	212.500	100%	719	711	(8)	(8)
Tucano Holding I (i)	1.444.186.438	45,84%	688.787	1.520.211	—	90.482
				4.809.021	78.790	169.272

(i) O montante de R\$90.482 refere-se aos juros capitalizados da Tucano Holding I. Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 12) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 29). Para melhor apresentação, os juros capitalizados foram ajustados na tabela em Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado.

Joint Venture

Em 30 de setembro de 2022, as informações contábeis intermediárias da Joint Venture estão apresentadas abaixo:

Tucano Holding III	
Balanco Patrimonial	
Ativo circulante	155.936
Ativo não circulante	705.110
Passivo circulante	78.797
Passivo não circulante	571.057
Patrimônio líquido	211.192
Demonstração de Resultado	
Resultado Operacional	40.176
Resultado financeiro	(390)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(3.576)
Lucro do período	36.210
Resultado abrangente total	36.210
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	176.935.022

Notas Explicativas



A movimentação de investimentos, consolidado, da *joint venture* é como segue:

Movimentação Joint Venture	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	87.491
Equivalência patrimonial	18.105
Saldo em 30 de setembro de 2022	105.596

Liberação para operação comercial:

Por meio do despacho nº 1.842 emitido pela ANEEL em 08 de julho de 2022, a Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A., teve a liberação das unidades geradoras, com capacidade instalada de 6,2 Mw, para início de operação a partir de 9 de julho de 2022.

12. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		30/09/2022			31/12/2021
		Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	—	414.284	—	414.284	414.599
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.939.133	(2.243.775)	695.358	754.014
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	1.070.246	(608.028)	462.218	356.544
Máquinas e equipamentos	3,6%	6.265.446	(1.788.457)	4.476.989	4.750.034
Veículos	14,7%	12.847	(6.728)	6.119	3.862
Móveis e utensílios e outros	6,3%	8.366	(6.420)	1.946	2.759
Imobilizado em serviço		10.710.322	(4.653.408)	6.056.914	6.281.812
Imóveis destinados a uso futuro	0,0%	2.099	—	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)	0,0%	2.604.585	—	2.604.585	964.766
Bens vinculados às concessões e autorizações		13.317.006	(4.653.408)	8.663.598	7.248.677
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	12.978	(3.959)	9.019	7.110
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	112.085	(14.561)	97.524	87.461
Total Imobilizado		13.442.069	(4.671.928)	8.770.141	7.343.248

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas e construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 30 de setembro de 2022 representa um montante de R\$61.309 (R\$75.854 em 31 de dezembro de 2021), líquido de depreciação. Vide nota explicativa 22.

Notas Explicativas

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Consolidado							
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências (i) e reclassificações	Juros capitalizados	Saldos em 30 de setembro de 2022
Terrenos	414.599	—	—	—	—	(315)	—	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.937.156	—	—	—	(1.052)	3.029	—	2.939.133
Edificações, obras civis e benfeitorias	900.984	—	—	—	—	169.262	—	1.070.246
Máquinas e equipamentos	6.363.069	—	—	(11.375)	—	(86.248)	—	6.265.446
Veículos	10.661	—	—	—	—	2.186	—	12.847
Móveis e utensílios e outros	7.605	—	—	—	—	761	—	8.366
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	—	—	—	—	—	—	2.099
Imobilizado em curso	964.766	1.497.776	—	—	—	(63.849)	205.892	2.604.585
Direito de uso de sede administrativa	9.999	—	3.886	—	—	(907)	—	12.978
Direito de uso de terreno arrendado	98.139	1.577	11.462	—	—	907	—	112.085
Subtotal	11.709.077	1.499.353	15.348	(11.375)	(1.052)	24.826	205.892	13.442.069
Depreciação/Amortização	(4.365.829)	(279.352)	—	(3.171)	128	(23.704)	—	(4.671.928)
Total líquido	7.343.248	1.220.001	15.348	(14.546)	(924)	1.122	205.892	8.770.141

(i) Valor de R\$1.122 refere-se a reclassificações de intangível para imobilizado.

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Concessão	2.429.906	2.502.968
Autorizações	6.231.593	4.743.610
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099
Total	8.663.598	7.248.677

Notas Explicativas



13. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30/09/2022			31/12/2021
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(147.934)	834.922
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(52.620)	20.554
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,85%	561.744	(51.576)	510.168
Direito de exploração de autorização (iv)	3,00%	142.983	(3.438)	139.545
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,42%	19.073	(3.322)	15.751
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)		84.594	—	84.594
Software e outros intangíveis	21,06%	150.705	(53.640)	97.065
Total		2.015.129	(312.530)	1.702.599

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, a AES Operações reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a AES Operações constituiu um novo montante, no valor de R\$ 35.899, totalizando R\$ 982.856, o qual está sendo amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.
- (ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Parque Eólico de Santa Tereza, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano e Projeto Eólico Cordilheira dos Ventos, que serão amortizado com base no prazo de autorização, após a planta entrar em operação, que está previsto para julho de 2024 e julho de 2025, respectivamente.

Notas Explicativas



A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	898.322	22.121	527.916	140.102	16.234	63.523	39.365	29.898	1.737.481
Adições (i)	—	—	—	—	—	21.071	31.622	—	52.693
Amortizações	(63.400)	(1.567)	(17.749)	(556)	(483)	—	—	(2.698)	(86.453)
Transferencias (ii) e reclassificações	—	—	—	—	—	—	—	(1.122)	(1.122)
Saldos em 30 de setembro de 2022	834.922	20.554	510.167	139.546	15.751	84.594	70.987	26.078	1.702.599

(i) inclui direitos contratuais da controlada direta AES Operações no montante de R\$ 13.951, R\$ 11.260 das empresas Santa Tereza, complexo Tucano no montante de R\$2.245, São Ricardo e Serra Verde nos montantes de R\$1.933 e R\$ 2.493 respectivamente e complexo Ventus no montante de R\$ 943.

(ii) Valor de R\$1.122 refere-se a reclassificações de intangível para imobilizado.

14. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Energia elétrica comprada para revenda (i)		—	—	92.342	188.126
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		—	—	20.250	14.830
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		—	—	5.017	4.748
Subtotal		—	—	117.609	207.704
Materiais e Serviços		216	1.419	148.661	125.450
Materiais e Serviços - partes relacionadas	30	—	1.485	2.063	28.178
Total		216	2.904	268.333	361.332

(i) A redução em energia elétrica comprada para revenda refere-se ao menor volume e preço de energia comprada, dado a melhora do cenário hidrológico comparado ao exercício anterior.

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 52 cartas de fiança, no valor total de R\$ 31.061 e 55 seguros garantia, no valor de R\$ 382.212, totalizando uma importância segurada de R\$ 413.273 (34 cartas de fiança, no valor total de R\$ 15.432 e 57 seguros garantia, no valor de R\$ 387.038, totalizando uma importância segurada de R\$ 402.470 em 31 de dezembro de 2021), com custo de 0,17% a 2,80% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

Notas Explicativas



15. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2022	31/12/2021	30/9/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a pagar				
Imposto de renda	—	—	19.104	34.517
Contribuição social	—	—	9.293	14.091
Total	—	—	28.397	48.608
Outros tributos a pagar				
INSS	130	103	6.743	3.751
PIS e Cofins	305	6	9.527	20.068
ICMS (i)	—	—	22.384	3.246
IRRF	1	—	942	6.222
CIDE	—	—	278	3.019
ISS	—	—	3.266	857
Outros	4	133	4.463	3.787
Total	440	242	47.603	40.950

(i) Corresponde à tributação do ICMS com a alíquota de 18% sobre o faturamento de energia das empresas geradoras ou comercializadoras de energia a partir de março de 2022, localizadas no estado de São Paulo. Essa tributação foi autorizada pelo decreto 66.373/2021 e portaria CAT 14/2022.

As controladas AES Arinos, AES Arinos I à VII, AES Cajuína AB1 à AB3, AES Comercializadora, AES GF1, AES GF2, AES Operações, Tietê Eólica, Tietê Integra, Tucano Holding I, II e III, Guaimbê Holding, MS, Nova Energia, Potengi, Santos, Serra Verde I à VII, Tucano F5, Veleiros, Santa Tereza, Santa Tereza 01, 04, 06 à 12, São Ricardo e Ventus são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a AES Operações levantou balancete de suspensão no período.

Por sua vez, as controladas indiretas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que AES Comercializadora, Tucano Holding I e Pontengi Holdings S.A. recolherão antecipações, porém as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não será necessário efetuar antecipações.

Com exceção das empresas mencionadas acima, a apuração do Imposto de renda e da Contribuição social das demais empresas dos Complexos Ouroeste, Complexo Tucano, Alto Sertão II, Complexo Guaimbê, Complexo Ventus, Complexos Salinas e Mandacaru, Santa Tereza 02, 03, 05, 13 e 14 são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Notas Explicativas



16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

16.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		Controladora						
		30/09/2022						
		Circulante			Não circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento		Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
Debêntures - 1ª Emissão	2025	1.306	—	1.306	1.060.385	(6.261)	1.054.124	1.055.430
Total da dívida		1.306	—	1.306	1.060.385	(6.261)	1.054.124	1.055.430

		Controladora			
		31/12/2021			
		Circulante			
	Vencimento	Encargos	Principal	Custos de transação	Total
Emissão de notas promissórias	2022	264	650.000	(148)	650.116
Total da dívida		264	650.000	(148)	650.116

Consolidado									
30/09/2022									
Vencimento	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	

MOEDA NACIONAL

Debêntures

1ª Emissão - Tucano Holding II	2041	—	—	—	—	19.069	322.609	(14.055)	327.623	327.623
1ª Emissão - Cajuína AB1	2044	—	—	—	—	16.747	941.856	(51.798)	906.805	906.805
5ª Emissão - AES Operações	2023	12.488	120.544	(2.348)	130.684	—	120.544	(480)	120.064	250.748
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	2024	12.875	209.851	(3.292)	219.434	—	209.851	(1.089)	208.762	428.196
8ª Emissão - AES Operações	2030	4.948	19.732	(1.329)	23.351	—	197.648	(6.160)	191.488	214.839
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	2027	8.332	—	(460)	7.872	—	1.380.000	(1.555)	1.378.445	1.386.317
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	2029	1.588	—	(3.096)	(1.508)	—	789.313	(18.833)	770.480	768.972
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	2029	5.668	—	(868)	4.800	—	220.275	(5.284)	214.991	219.791
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	828	16.949	(303)	17.474	—	20.581	(682)	19.899	37.373
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	1.244	16.973	(288)	17.929	—	37.583	(649)	36.934	54.863
1ª Emissão AES Brasil Energia	2025	1.306	—	—	1.306	—	1.060.385	(6.261)	1.054.124	1.055.430
Subtotal		49.277	384.049	(11.984)	421.342	35.816	5.300.645	(106.846)	5.229.615	5.650.957

BNDES - Complexo Ventus	2029	648	26.662	(70)	27.240	—	162.192	(426)	161.766	189.006
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2030	548	21.030	(1.436)	20.142	—	145.810	(9.569)	136.241	156.383
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2033	2.898	10.572	(1.553)	11.917	—	136.567	(11.957)	124.610	136.527
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	2041	81	2.623	(162)	2.542	10.013	330.293	(2.910)	337.396	339.938
Outros	2025	—	2.000	—	2.000	—	48.000	—	48.000	50.000
Subtotal		4.175	62.887	(3.221)	63.841	10.013	822.862	(24.862)	808.013	871.854

MOEDA ESTRANGEIRA

Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	—	—	—	—	—	625.741	—	625.741	625.741
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	—	—	—	—	—	744.953	—	744.953	744.953
Subtotal		—	—	—	—	—	1.370.694	—	1.370.694	1.370.694
Total da dívida		53.452	446.936	(15.205)	485.183	45.829	7.494.201	(131.708)	7.408.322	7.893.505

Notas Explicativas



		Consolidado							
		31/12/2021							
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
1ª Emissão - Tucano Holding II	2041	4.130	—	—	4.130	308.303	(14.610)	293.693	297.823
5ª Emissão - AES Operações	2023	697	115.420	(2.771)	113.346	115.420	(1.447)	113.973	227.319
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	2024	5.586	—	(3.103)	2.483	401.860	(2.809)	399.051	401.534
8ª Emissão - AES Operações	2030	1.667	18.228	(1.370)	18.525	198.626	(7.097)	191.529	210.054
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	2027	32.887	—	(436)	32.451	1.380.001	(1.902)	1.378.099	1.410.550
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	2029	10.271	—	(2.833)	7.438	754.311	(21.194)	733.117	740.555
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	2029	7.916	—	(791)	7.125	210.506	(5.949)	204.557	211.682
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	166	23.140	(254)	23.052	24.297	(762)	23.535	46.587
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	218	16.220	(242)	16.196	44.027	(725)	43.302	59.498
Subtotal		63.538	173.008	(11.800)	224.746	3.437.351	(56.495)	3.380.856	3.605.602
Empréstimos e Financiamentos									
Operações Notas Comerciais	2022	264	650.000	(148)	650.116	—	—	—	650.116
BNDES - Complexo Ventus (i)	2029	703	26.542	(68)	27.177	181.368	(462)	180.906	208.083
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2030	588	20.935	(1.625)	19.898	160.855	(10.547)	150.308	170.206
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2033	2.013	10.142	(1.346)	10.809	141.857	(13.122)	128.735	139.544
Subtotal		3.568	707.619	(3.187)	708.000	484.080	(24.131)	459.949	1.167.949
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	—	—	—	—	657.128	—	657.128	657.128
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	3.636	—	—	3.636	782.206	—	782.206	785.842
Subtotal		3.636	—	—	3.636	1.439.334	—	1.439.334	1.442.970
Total da dívida		70.742	880.627	(14.987)	936.382	5.360.765	(80.626)	5.280.139	6.216.521

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe *swap*, demonstrado na nota explicativa nº 31.1.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

16.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	—	650.116	650.116	3.605.602	1.167.949	1.442.970	6.216.521
Ingressos	1.100.000	—	1.100.000	2.050.000	382.917	—	2.432.917
Encargos financeiros	90.777	15.891	106.668	338.815	51.696	16.779	407.290
Variação cambial	—	—	—	—	—	(68.640)	(68.640)
Variação monetária	—	—	—	94.200	1.655	—	95.855
Pagamento de principal	(39.578)	(650.000)	(689.578)	(69.827)	(690.520)	—	(760.347)
Pagamento de encargos financeiros	(89.508)	(16.156)	(105.664)	(317.296)	(41.077)	(20.415)	(378.788)
Diferimento dos custos de transação	(7.410)	(456)	(7.866)	(61.864)	(3.684)	—	(65.548)
Amortização dos custos de transação	1.149	605	1.754	11.327	2.918	—	14.245
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.055.430	—	1.055.430	5.650.957	871.854	1.370.694	7.893.505

Notas Explicativas



16.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos emitidos em 2022 estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Controladora	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	1.100.000	10/03/2022	CDI + 2,30%	Semestral	No Vencimento da dívida	1.055.430	Março de 2025	N/A	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação da fase 1 e 2 do Parque Eólico Cajuína
AES Cajuína AB1	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	950.000	15/6/2022	IPCA + 7,07%	Semestral (a partir de 2024)	Semestral (a partir de 2024)	906.805	Junho de 2024	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,1x$, medição a partir de 2024.	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação da fase 1 e 2 do Parque Eólico Cajuína

Emissões realizadas em 2022

1ª Emissão de debêntures - Cajuína AB1

Em 15 de junho de 2022, a AES Cajuína AB1 Holdings S.A. teve a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, no montante de R\$ 950.000, custo de IPCA + 7,0718% a.a., prazo de 22 anos e custos de transação de R\$51.798. A emissão tem por objetivo financiar a construção de 230,1MW de capacidade instalada do Complexo Eólico Cajuína – Cluster AES.

BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)

No segundo trimestre de 2022, as SPEs de Tucano II captaram cerca de R\$ 333.000 junto ao BNB, correspondente a 90% do montante total dos contratos assinados em Julho de 2021. A operação possui custo de IPCA + 2,26% a.a., prazo de 24 anos e custos de transação de R\$ 2.910. A operação é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Safra cobrindo 100% do saldo desembolsado, garantia essa exigida por praxe pelos financiamentos contratados junto ao BNB.

1ª Emissão de debêntures - AES Brasil Energia

Em 08 de março de 2022, a Companhia teve a sua primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, no montante de R\$1.100.000, custo de CDI + 2,30% a.a., prazo de 3 anos e custos de transação de R\$ 6.261. A emissão é um empréstimo ponte que tem por objetivo financiar a construção de 684MW de capacidade instalada do Complexo Eólico Cajuína.

Para o período findo em 30 de setembro de 2022, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

16.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora				Consolidado			
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022		31/12/2021		30/09/2022		31/12/2021	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional										
CDI (índice do último dia útil do período)	13,65%	9,15%	1.061.691	100,00	650.380	100,00	2.450.023	30,47	2.063.152	32,69
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	7,17%	10,06%	—	—	—	—	3.712.774	46,17	2.261.009	35,82
TJLP (índice do último dia útil do período)	7,01%	5,32%	—	—	—	—	356.890	4,44	390.991	6,19
Pré-fixado	2,55%	2,55%	—	—	—	—	150.037	1,87	154.012	2,44
Moeda estrangeira										
Dólar (taxa do último dia útil do período)	5,4100	5,5805	—	—	—	—	1.370.694	17,05	1.442.970	22,86
Total			1.061.691	100,00	650.380	100,00	8.040.418	100,00	6.312.134	100,00

Notas Explicativas


16.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado					
	Debêntures	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Encargos	Custos de transação	Total
2023	—	(617)	(617)	144.068	27.687	—	119	(6.694)	165.180
2024	—	(4.950)	(4.950)	296.319	99.368	312.870	36.287	(18.071)	726.773
2025	1.060.385	(694)	1.059.691	1.130.816	94.180	871.586	459	(13.816)	2.083.225
2026	—	—	—	741.133	77.712	186.238	463	(12.875)	992.671
2027	—	—	—	1.081.431	79.360	-	482	(11.070)	1.150.203
2028 em diante	—	—	—	1.906.878	444.555	—	8.019	(69.182)	2.290.270
	<u>1.060.385</u>	<u>(6.261)</u>	<u>1.054.124</u>	<u>5.300.645</u>	<u>822.862</u>	<u>1.370.694</u>	<u>45.829</u>	<u>(131.708)</u>	<u>7.408.322</u>

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	104.963
Ingressos	1.593
Remensuração	15.348
Encargos financeiros	6.918
Pagamento de encargos financeiros	(6.918)
Pagamento de principal	(2.230)
Saldo em 30 de setembro de 2022	119.674

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Consolidado
CIRCULANTE	
2022	615
2023	3.875
Subtotal	4.490
NÃO CIRCULANTE	
2023	767
2024	5.133
2025	4.397
2026	4.672
2027	5.095
2028 em diante	95.120
Subtotal	115.184
Total	119.674

Notas Explicativas

18 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

18.1 Ativos e passivos atuariais

	Nota	Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais		629.133	621.490
Valor justo dos ativos do plano		(497.619)	(497.619)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	30	131.514	123.871
Valor presente das obrigações atuariais		10.972	9.965
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria		10.972	9.965
Total das obrigações com benefícios pós-emprego		142.486	133.836

18.2 Movimentações do passivo registrado

	Nota	Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
Saldo no início do período		133.836	—
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia		—	131.413
Despesa do período com previdência privada	30	8.118	9.005
Despesa do período com Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA)	30	1.007	1.497
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)		—	(4.004)
Pagamentos de contribuições		(475)	(4.075)
Saldo no final do período		142.486	133.836

18.3 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Nota	Consolidado			
		01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Juros sobre a obrigação atuarial		13.206	39.618	11.096	22.193
Rendimento esperado sobre os ativos do plano		(10.500)	(31.500)	(8.845)	(17.691)
Subtotal das despesas benefício definido	30	2.706	8.118	2.251	4.502
Contribuição definida		1.738	3.397	712	1.460
Total da despesa com entidade de previdência privada		4.444	11.515	2.963	5.962
Custo dos serviços correntes		162	486	194	388
Custo dos juros		174	521	180	361
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria		336	1.007	374	749
Total das despesas com benefícios pós-emprego		4.780	12.522	3.337	6.711

Notas Explicativas



19. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhista (a)	2.028	2.956	1.299	129
Meio ambiente (b)	2.566	2.579	—	—
Regulatório (c)	60.396	55.629	—	—
Fiscal (d)				
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.273	6.143	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	18.573	16.933	18.082	16.823
Cível (e)	5.661	5.157	80	82
Total	95.497	89.397	19.461	17.034
Circulante	22.381	22.249		
Não Circulante	73.116	67.148		
Total	95.497	89.397		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$23.639 em 30 de setembro de 2022 (R\$22.095 em 31 de dezembro de 2021), e estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda dos processos aos quais estão vinculados:

	Consolidado							
	30/09/2022				31/12/2021			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	1.299	74	214	1.587	129	142	1.095	1.366
Fiscal	18.082	—	—	18.082	16.823	—	—	16.823
Cível	80	—	—	80	82	58	—	140
Imobiliárias	—	3.890	—	3.890	—	3.766	—	3.766
	19.461	3.964	214	23.639	17.034	3.966	1.095	22.095

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.956	2.579	55.629	23.076	5.157	89.397
Provisão	77	7	—	354	—	438
Atualização monetária	(250)	—	4.767	1.416	504	6.437
Reversão de provisão	(502)	(20)	—	—	—	(522)
Pagamentos	(253)	—	—	—	—	(253)
Saldos em 30 de setembro de 2022	2.028	2.566	60.396	24.846	5.661	95.497

- (a) Trabalhistas: Existem 78 processos (77 em 31 de dezembro de 2021) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 11

Notas Explicativas

processos (16 em 31 de dezembro de 2021). Em 30 de setembro de 2022, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$2.028 (R\$ 2.956 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2023 e 2025.

- (b) Meio ambiente: Existem 105 processos (105 em 31 de dezembro de 2021) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a AES Operações no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da AES Operações avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 91 demandas (93 em 31 de dezembro de 2021), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à AES Operações e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$ 2.566 (R \$2.579 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2023 e 2025.

- (c) Regulatório: Despacho nº 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Operações como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Operações teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Operações restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Operações apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de setembro de 2022 corresponde a R\$60.396 (R\$55.629 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2024.

- (d) Fiscal:
- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a AES Operações foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da AES Operações avaliaram que de um total de R\$138.929 (R\$135.201 em 31 de dezembro de 2021) envolvidos na discussão, R\$6.273 (R\$6.143 em 31 de dezembro de 2021) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A Administração da

Notas Explicativas



AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2023.

(d.2) A AES Operações discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a AES Operações estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A AES Operações registrou provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2022, corresponde a R\$18.573 (R\$16.933 em 31 de dezembro de 2021) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$18.082 (R\$16.823 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, por se tratar de obrigação legal, a AES Operações efetuou provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A Administração da AES Operações, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2023.

(e) Cível:

Em 13 de dezembro de 2002, foi apresentada ação judicial em face da AES Operações e da Companhia Energética de São Paulo - CESP, visando o reconhecimento do direito a indenização por danos morais e materiais em decorrência do falecimento do pai da autora por eletrocussão no reservatório de Caconde-SP, ocorrido em 13 de maio de 1984. Em julho de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses das Rés. Em decorrência, foram interpostos recursos de apelação. Em julho de 2013, foi proferida decisão de 2ª instância dando parcial provimento aos recursos, apenas para reduzir os valores relativos a condenação por dano moral. Em maio de 2020, foi iniciada a fase de cumprimento de sentença. No entanto, a CESP apresentou petição nos autos informando que o recurso especial por ela interposto estava pendente de julgamento e, que, portanto, o cumprimento de sentença deveria ser suspenso. Neste sentido, em junho de 2020, foi deferida a liminar pleiteada pela AES Operações para suspender o cumprimento de sentença até decisão final do recurso interposto pela CESP. Em julho de 2021, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso da CESP. Em decorrência, em agosto de 2021, a CESP interpôs agravo, o qual encontra-se pendente de julgamento. Nos termos do que determina o protocolo de cisão celebrado quando da privatização, a CESP é exclusivamente responsável por atos e fatos ocorridos até 31 de março de 1999. Sendo assim, caso seja mantida a decisão desfavorável, eventual desembolso da AES Operações, no valor estimado de R\$5.661, atualizado até 30 de setembro de 2022 (R\$5.157 em 31 de dezembro de 2021), deverá ser objeto de reembolso por parte da CESP.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Operações está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Operações e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	98.663	148.282
Regulatório (c)	54.100	55.629
Fiscal (d)	736.670	705.727
Total	889.433	909.638

A seguir a controlada direta AES Operações apresenta as principais contingências passivas de sua controlada direta AES Operações, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

Notas Explicativas



- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Operações, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Operações se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Operações apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Operações informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Operações foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Operações apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Operações avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela AES Operações. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a controlada direta AES Operações apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Operações possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Operações, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da AES Operações, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Operações: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Operações recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à AES Operações no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu

Notas Explicativas

provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Operações, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a controlada direta AES Operações, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Operações apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Operações terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$12.673, atualizado até 30 de setembro de 2022 (R\$11.483 em 31 de dezembro de 2021).

- (b.2) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 19.1 (e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a AES Operações terá que desembolsar o valor estimado de R\$10.872, atualizado até 30 de setembro de 2022 (R\$9.535 em 31 de dezembro de 2021).

- (b.3) Processo ANEEL: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 75.853, atualizado até 30 de setembro de 2022 (R\$70.266 em 31 de dezembro de 2021), em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

Notas Explicativas

(c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Operações de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a controlada direta AES Operações não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada direta AES Operações recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Operações. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobras e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Operações aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a controlada direta AES Operações Energia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 30 de setembro de 2022, o montante em discussão totaliza a importância de R\$54.100 (R\$55.629 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se às intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 19.1 sendo estimado como perda possível R\$132.656 de um total de R\$138.929 (R\$129.058 de um total de R\$135.201 em 31 de dezembro de 2021). Em 19 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 30 de setembro de 2022 em R\$ 45.813. Em 27 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. Em 09 de dezembro de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável em Segunda Instância Administrativa. Tal decisão foi proferida em um dos 4 processos administrativos, que discute débitos de IRPJ relativos ao calendário 2003. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$ 51.359), foi reduzida a importância de R\$ 29.614. Em face desta decisão, ambas as partes podem interpor recurso especial. No tocante às outras duas compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela controlada direta AES Operações perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a Administração da AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2023.
- (d.2) Auto de infração – ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 170.595 atualizado até 30 de setembro de 2022 (R\$ 163.922 em 31 de dezembro de 2021). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da AES Operações de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Operações. Em

Notas Explicativas

maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da AES Operações. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Operações ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (d.3) Auto de infração – Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada direta AES Operações, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial. Em fevereiro de 2022, foi proferida decisão da Câmara Superior do CARF que deu provimento ao Recurso Especial interposto pela AES Operações e, consequentemente, cancelou integralmente a autuação. Em decorrência, a Procuradoria opôs embargos de declaração, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado até 30 de setembro de 2022 é de R\$ 10.217 (R\$ 9.800 em 31 de dezembro de 2021).
- (d.4) Auto de Infração IRPJ – Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a controlada direta AES Operações, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Em Abril/2022, foi proferida decisão ainda não publicada, que cancelou o valor de R\$ 1.580 do montante total discutido no Auto de Infração. Atualmente, a AES Operações aguarda o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Operações, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento

Notas Explicativas

ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Operações apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2022 é de R\$18.050 (R\$20.775 em 31 de dezembro de 2021).

- (d.5) Auto de infração – ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 360.132 atualizado até 30 de setembro de 2022. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, foi verificado que a parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 360.132, R\$ 103.522 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 256.610 atribuíveis à controlada direta AES Operações. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Operações notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Operações. A decisão em questão exonerou o montante de R\$ 60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da controlada direta AES Operações, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.6) Auto de infração – ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 115.778 atualizado até 30 de setembro de 2022 (R\$108.480 em 31 de dezembro de 2021). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações, ocorrida entre 2013 e 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d.7) Execução Fiscal – PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 a 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Operações discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Operações e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2022 é de R\$9.459 (R\$9.064 em 31 de dezembro de 2021).
- (d.8) Execução Fiscal Iturama: Refere-se à execução fiscal ajuizada pela Prefeitura de Iturama, a qual objetiva a cobrança de pretensos débitos de Imposto sobre Serviços (“ISS”) sobre serviços

Notas Explicativas



realizados na Usina Água Vermelha, localizada no Município de Ouroeste/SP e cobrança de multa diária por não obtenção de alvará de localização e funcionamento no Município de Iturama. Em agosto de 2017, a AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da AES Operações. Em decorrência, a AES Operações interpôs o recurso de apelação. Em abril de 2022, foi proferida decisão de 2ª instância que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela AES Operações e, consequentemente, anulou a sentença por falta de fundamentação. Tendo em vista que o Município não interpôs recurso, a decisão tornou-se definitiva. Com isso, o processo foi remetido para a primeira instância para que seja proferida nova sentença. O valor atualizado até 30 de setembro de 2022 é de R\$5.735 (R\$ 5.135 em 31 de dezembro de 2021).

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A controlada direta AES Operações e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

		Consolidado					
		30/09/2022			31/12/2021		
		Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal		10	200.959	0,17% a 2,80%	10	197.000	0,03%
Cível		2	65.561	0,35% a 1,00%	2	65.561	0,45% a 0,56%
		12	266.520		12	262.561	

20. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	6.948	6.265
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	2.623	5.106
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	769	965
Ministério de minas e energia	385	482
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	231	290
Taxa de fiscalização ANEEL	1.004	1.318
Subtotal	11.960	14.426
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	8.675	6.086
Subtotal	8.675	6.086
Total	20.635	20.512

Notas Explicativas



21. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Complexo Eólico Cajuína	—	—	34.410	31.516
Complexo Eólico Tucano	—	—	3.887	10.040
Complexo Eólico São Ricardo	—	—	74.763	34.403
Complexo Eólico Serra Verde	—	—	69.881	31.907
AES Arinos	73	4.395	73	4.395
Subtotal	73	4.395	183.014	112.261

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Complexo Eólico Cajuína	—	—	34.410	63.252
Complexo Eólico Tucano	—	—	—	1.396
Complexo Eólico São Ricardo	—	—	37.923	69.047
Complexo Eólico Serra Verde	—	—	—	32.248
Subtotal	—	—	72.333	165.943
Total	73	4.395	255.347	278.204

(b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no período findo em 30 de setembro de 2022 é como segue:

	Controladora	
	AES Arinos	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.395	
Atualização monetária	91	
Pagamentos	(4.413)	
Saldos em 30 de setembro de 2022	73	

	Consolidado					
	Complexo Eólico Cajuína	Complexo Eólico Tucano	Complexo Eólico São Ricardo		Complexo Eólico Serra Verde	AES Arinos
			São Ricardo	Veleiros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	94.768	11.436	103.450	—	64.155	4.395
Adições (i)	—	—	—	25.350	—	—
Atualização monetária	6.931	1.017	7.398	1.838	5.726	91
Pagamentos	(32.879)	(8.566)	—	—	—	(4.413)
Cessão de passivos (i)	—	—	(25.350)	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2022	68.820	3.887	85.498	27.188	69.881	73

(i) O montante de R\$25.350 refere-se à contribuição de ativos e passivos da controlada indireta Tucano Holding I para fins de aumento de capital social à Veleiros Holding.

Notas Explicativas

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Participação nos lucros e resultados		—	—	11.749	14.337
Férias		—	—	11.516	9.949
Encargos sociais sobre férias e gratificações		—	—	6.099	3.661
Bônus		2.325	1.883	2.487	2.045
Demais Folha de pagamento		—	122	5.065	2.159
Meio ambiente		—	—	2.167	2.143
Passivo de arrendamento	17	—	—	4.490	2.785
Adiantamento de Clientes		—	—	1.764	—
Tributos sobre folha de pagamento		150	—	2.315	—
Demais obrigações		28	27	4.266	6.840
Subtotal		2.503	2.032	51.918	43.919

NÃO CIRCULANTE		Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Provisões para desmobilização (i)		—	—	100.198	108.302
Meio ambiente		—	—	10.867	10.618
Obrigações especiais		—	—	1.118	1.406
Opção de recompra de participação acionária (ii)		—	—	12.910	—
Retenções contratuais (iii)		—	—	11.342	—
Demais obrigações		197	—	9.210	8.642
Subtotal		197	—	145.645	128.968
Total		2.700	2.032	197.563	172.887

(i) Em março de 2022, a Companhia remensurou a estimativa da provisão e utilizou como base para a taxa de desconto a média da Taxa Selic projetada até o período de desmobilização. Esta projeção a longo prazo se faz necessária para evitar flutuações significativas ao longo dos períodos, uma vez que a realização desta provisão se dará somente no final da autorização. Dessa forma, houve uma mensuração no montante de R\$ 11.375. Além disso, houve uma atualização de R\$ 3.271.

(ii) O montante de R\$ 12.910 refere-se ao valor presente da opção de venda de participação acionária, prevista em cláusula contratual firmado entre a controlada indireta Tucano Holding I e a BRF S.A. ("BRF"), em 14 de março de 2022 que, em algumas situações, a Companhia não tem como evitar o exercício da opção caso a BRF opte por exercer. O PPA tem vigência de 15 anos, iniciando em 2024 e finalizando em 2038.

O valor presente da obrigação contratual foi registrada como outras obrigações. A diferença entre o valor futuro do desembolso e a obrigação foi registrada como ajuste de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes.

(iii) refere-se à retenção de 10% sobre as parcelas faturadas de determinados contratos de fornecedores. Essa retenção representa uma garantia da empresa e será paga no término da obra.

Notas Explicativas



A movimentação da provisão para desmantelamento é como segue:

	Movimentação Consolidada
Saldos em 31 de dezembro de 2021	108.302
Remensuração (i)	(11.375)
Atualização	3.271
Saldos em 30 de setembro de 2021	100.198

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito da Companhia é de R\$ 2.116.001, representado em 492.106.495 ações ordinárias, nominativas e escriturais.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	119.838.222	24,35	119.838.222	24,35
AES Holdings Brasil II S.A.	110.012.802	22,36	110.012.802	22,36
BNDESPar	39.554.586	8,04	39.554.586	8,04
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.095.525	6,12	30.165.523	6,13
Outros	192.605.360	39,13	192.535.362	39,12
Total das ações	492.106.495	100,00	492.106.495	100,00

23.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021
Reservas de capital:		
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
Ações e opções de ações outorgadas	1.156	472
Custo na emissão de ações	(18.230)	(18.230)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	(38.375)	(38.375)
Subtotal	322.153	321.469
Outros resultados abrangentes:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	(82.801)	(41.741)
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada	3.534	3.534
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	(891)	(891)
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	(53.909)	5.359
Opção de recompra de participação acionária	79.181	—
Subtotal	(174.710)	(153.563)
Reservas de lucro:		
Reserva de investimentos	843.696	843.696
Reserva legal	20.801	20.801
Reserva de lucros a realizar	74.671	74.671
Subtotal	939.168	939.168
Total	1.086.611	1.107.074

23.2 Participação de acionistas não controladores

O saldo em 30 de setembro de 2022 de R\$ 1.216.907 é composto basicamente pela controlada indireta Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A., com participação de 23,41%

Notas Explicativas



em suas ações preferenciais no montante de R\$ 1.200.364 e pelo aumento de capital no montante de R\$ 16.658, na controlada direta Veleiros Holding, sendo o acionista controlador UNIPAR, com participação de 49,5%.

24. RESULTADO POR AÇÃO

24.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

	Controladora		Controladora	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Numerador:				
Lucro líquido do período	40.501	67.318	422.475	445.672
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	492.106	492.106	399.107	271.451
Resultado básico por ação (R\$ por ação)	0,08230	0,13680	1,05855	1,64181

24.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - diluído

A controlada direta AES Operações possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$ 128.609 (R\$ 128.609 em 31 de dezembro de 2021), que poderá ser capitalizada em favor de sua controladora indireta AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR. Será garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 45,25% para 44,03% em 30 de junho de 2022, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	Controladora		Controladora	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Numerador:				
Lucro líquido do período	40.501	67.318	422.475	445.672
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	492.106	492.106	399.107	271.451
Número de ações potenciais (i)	13.653	13.653	10.473	10.473
Número de ações ordinárias - diluído	505.759	505.759	409.580	281.924
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)	0,08008	0,13310	1,03148	1,58082

(i) Considerando as ações a serem emitidas proporcionalmente às existentes em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 30 de setembro de 2022.

Notas Explicativas



25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado							
	01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022		01/07/2021 a 30/09/2021		01/01/2021 a 30/09/2021	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais	3.166.496	610.327	9.740.185	1.823.515	2.228.747	501.730	5.477.416	956.255
Mercado de curto prazo								
MRE	—	—	208.243	2.898	—	—	—	—
SPOT	123.974	3.004	330.391	15.676	24.970	1.354	43.359	3.437
Outros	—	16.665	—	23.088	—	58.662	—	73.236
Contratos de energia eólicos	741.353	161.207	1.605.940	338.636	607.547	139.077	515.346	252.545
Contratos de energia solares	124.952	47.273	443.635	135.884	191.858	35.655	166.066	76.051
Contratos de comercialização energia (ii)	661.245	53.795	661.245	53.795	—	—	—	—
Outras receitas	—	38.796	—	41.880	—	9.334	—	17.710
Receita operacional bruta	4.818.020	931.067	12.989.639	2.435.372	3.053.122	745.812	6.202.187	1.379.234
PIS e Cofins	—	(75.506)	—	(198.333)	—	(59.737)	—	(110.355)
CFURH	—	(9.646)	—	(33.132)	—	(6.345)	—	(12.882)
ICMS e outros	—	(53.793)	—	(103.746)	—	(13.105)	—	(23.830)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(5.564)	—	(15.889)	—	(4.920)	—	(9.041)
Receita operacional líquida	4.818.020	786.558	12.989.639	2.084.272	3.053.122	661.705	6.202.187	1.223.126

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(ii) Referem-se a fornecimentos de energia elétrica da controlada AES Comercializadora e à marcação a mercado dos contratos em aberto em 30 de setembro de 2022. A curva de preços de mercado é composta de informações publicadas pelo balcão de comercialização de energia elétrica da BBCE e a curva de preços de mercado oriunda da consultoria da DCIDE.

26. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Custo de produção e operação de energia				
Contratos bilaterais	(271.405)	(678.595)	(348.508)	(455.244)
Mercado de curto prazo				
MRE	(4.050)	(14.050)	(3.705)	(12.632)
SPOT	(550)	(8.927)	(59.946)	(100.435)
Outros	(176)	(1.952)	(2.885)	(3.909)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(65.693)	(198.932)	(61.484)	(121.595)
Taxa de fiscalização ANEEL	(3.551)	(10.790)	(4.234)	(7.257)
Custo de comercialização de energia (i)	(43.068)	(43.068)	—	—
Crédito de PIS e Cofins	29.357	85.093	29.784	41.838
Subtotal	(359.136)	(871.221)	(450.978)	(659.234)
Custo da operação				
Pessoal e administradores	(27.306)	(74.722)	(23.274)	(43.118)
Benefícios pós-emprego	(697)	(2.098)	(812)	(1.580)
Serviços de terceiros	(38.346)	(104.163)	(37.537)	(62.433)
Material	(6.446)	(16.422)	(7.075)	(18.345)
Depreciação e amortização	(112.740)	(360.726)	(123.057)	(239.744)
Seguros	(13.183)	(28.839)	(5.950)	(11.923)
Arrendamentos e aluguéis	2.728	(2.400)	(288)	(1.780)
Contribuições setoriais	(2.832)	(6.428)	302	(966)
Ganho (Perda) na baixa de ativo imobilizado e intangível	—	—	—	—
Multas contratuais	—	—	—	—
Outras receitas (custos) operacionais	3.163	2.988	(1.299)	(2.880)
Subtotal	(195.659)	(592.810)	(198.990)	(382.769)
Total	(554.795)	(1.464.031)	(649.968)	(1.042.003)

(i) Referem-se a compra de energia elétrica da controlada AES Comercializadora e à marcação a mercado dos contratos em aberto em 30 de setembro de 2022. A curva de preços de mercado é

Notas Explicativas



composta de informações publicadas pelo balcão de comercialização de energia elétrica da BBCE e a curva de preços de mercado oriunda da consultoria da DCIDE.

27. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora				
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Pessoal e administradores	(3.303)	(10.203)	—	—
Benefícios pós-emprego	—	—	—	—
Serviços de terceiros	(930)	(4.270)	(1.229)	(2.225)
Material	(12)	(19)	—	—
Total	(4.245)	(14.492)	(1.229)	(2.225)

Consolidado				
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Pessoal e administradores	(26.124)	(67.642)	(19.312)	(39.295)
Benefícios pós-emprego	(1.208)	(1.794)	(92)	(268)
Serviços de terceiros	(27.669)	(86.383)	(24.082)	(41.552)
Material	(4.801)	(9.790)	(4.195)	(5.667)
Depreciação e amortização	(1.027)	(4.737)	(2.852)	(5.495)
Total	(60.829)	(170.346)	(50.533)	(92.277)

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

Controladora				
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Arrendamentos e aluguéis	(29)	(29)	—	—
Contribuições setoriais	(587)	(587)	—	—
Seguros	155	(210)	—	—
Outros	158	(136)	(94)	(59)
Total	(303)	(962)	(94)	(59)

Consolidado				
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Reversão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (i)	—	10.000	—	—
Ajuste de preço do Complexo Solar Guaimbê Holding	—	(727)	—	—
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(26)	95	(79)	(703)
(Perda) Ganho na venda de controlada	—	(1.200)	—	9.644
Ganho na venda de ativo imobilizado	—	—	5.560	5.560
Arrendamentos e aluguéis	(29)	(29)	—	—
Contribuições setoriais	(210)	(210)	—	—
Seguros	(222)	(587)	—	—
Outros	(408)	1.095	(310)	(616)
Total	(895)	8.437	5.171	13.885

(i) Refere-se à reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, reconhecida em 2020, em função do não recebimento pelo fornecimento de energia elétrica e ao ganho com perdas e danos. Após decisão desfavorável ao cliente na discussão arbitral, em junho de 2022, houve acordo entre as partes e o ganho foi reconhecido. Com o acordo, a Companhia recebeu em julho de 2022 uma parcela inicial de R\$ 2.000 e o saldo remanescente está sendo recebido em 60 parcelas consecutivas, corrigidas pelo IPCA.

Notas Explicativas



29. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas Financeiras								
Rendimento de aplicações financeiras	9.856	22.972	17	22	111.241	232.392	11.024	20.164
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	—	—	—	—	(386)	1.633	1.573	4.477
Atualização de créditos tributários	100	100	—	—	625	3.294	1.067	1.086
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	—	—	—	—	7.946	20.480	2.716	3.473
PIS e COFINS sobre receita financeira	(464)	(1.072)	(1)	(1)	(4.193)	(9.019)	(539)	(891)
Outras	—	—	—	—	(1)	616	11	39
Variações Cambiais:								
Derivativo embutido	—	—	—	—	—	21.237	39.770	39.770
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	30	—	—	—	73	2.901	—	—
Outras receitas cambiais	5	5	—	—	17	180	556	2.537
Total	9.497	22.005	16	21	115.322	273.714	56.178	70.655
Despesas Financeiras								
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	(44.698)	(108.383)	—	—	(213.546)	(541.657)	(106.725)	(172.146)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	16	—	—	—	27.163	(95.855)	(48.578)	(82.884)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	—	—	—	—	(2.880)	(8.640)	(2.432)	(4.863)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	114	(91)	—	—	(8.337)	(23.003)	(7.957)	(11.924)
Juros capitalizados no imobilizado/intangível em curso	—	—	—	—	52.940	205.891	18.971	26.659
Juros sobre passivos de arrendamento	—	—	—	—	(2.375)	(6.918)	(2.102)	(4.140)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	—	—	—	—	(478)	(6.437)	(1.517)	(6.221)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(7)	(14)	—	—	(597)	(6.166)	(15)	(17.749)
Atualização monetária de ressarcimento	9	—	—	—	3.168	(12.346)	—	—
Outras	(1)	(4)	(1)	(3)	(5.650)	(10.330)	(2.542)	(5.892)
Variações Cambiais:								
Marcação a mercado de derivativos	—	—	—	—	5	(3.546)	(11.512)	(15.512)
Operações de swap	—	—	—	—	(458)	(2.180)	1.014	—
Outros	(8)	(12)	—	—	(49)	(175)	(2.639)	(2.648)
Total	(44.600)	(108.504)	(1)	(3)	(151.094)	(511.362)	(166.034)	(297.320)
Total Líquido	(35.103)	(86.499)	15	18	(35.772)	(237.648)	(109.856)	(226.665)

Notas Explicativas



30. PARTES RELACIONADAS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativo					
Outros ativos:					
Bônus estatutários - AES Operações		932	1.659	—	—
Contas a receber - Complexo Eólico Tucano (i)		—	—	5.081	3.026
Total do ativo		932	1.659	5.081	3.026
Passivo					
Fornecedores					
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a AES Corp. (ii)	14	—	—	2.063	26.322
Materiais e Serviços - Adiantamentos sobre aquisição de projeto (iii)		—	1.485	—	—
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a controladora AHB	14	—	—	—	1.856
Subtotal		—	1.485	2.063	28.178
Obrigações com entidade de previdência privada					
Obrigações com benefícios pós-emprego (iv)	18	—	—	—	123.871
Subtotal		—	—	—	123.871
Dividendos a pagar					
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar "a acionistas não controladores"		—	—	—	1.070
Total do passivo		—	1.485	2.063	153.119

	Notas	Consolidado			
		01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Resultado					
Resultado financeiro					
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iv)	18	(2.706)	(8.118)	(2.251)	(4.502)
Big Sky (ii)		(7.864)	(23.074)	(7.184)	(13.477)
Variação cambial Big Sky (ii)	29	73	2.901	—	—
Total do resultado		(10.497)	(28.291)	(9.435)	(17.979)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III, *joint venture* do grupo, onde a AES Operações será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Prestação de serviços e soluções, realizados pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp, relacionados à implementação da estratégia digital (Digital Transformation) da AES Operações. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.
- (iii) Refere-se ao adiantamento de 10% da aquisição da AES Arinos Solar pagos pela AES Operações como adiantamento previsto no SPA.
- (iv) A controlada direta AES Operações é parte integrante do Conselho Deliberativo da VIVEST, possuindo influência significativa na Administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

30.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta Administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no período findo em 30 de setembro de 2022 é apresentada a seguir:

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Benefícios de curto prazo	2.944	8.770	3.158	9.091	2.407	2.407
Benefícios pós-emprego	100	300	100	300	28	28
Outros benefícios de longo prazo	29	127	29	127	43	43
Remuneração baseada em ações (i)	20	295	20	295	37	37
Total	3.093	9.493	3.307	9.814	2.515	2.515

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp. outorgadas à alta Administração.

A transferência dos conselheiros de administração e diretores estatutários para a AES Brasil ocorreu em 2022. Por esse motivo não há saldos comparativos na controladora.

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado					
		30/09/2022		31/12/2021			
Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	4	10.532	10.532	9.501	9.501	Custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	4	Nível 2	86.453	86.453	647.542	647.542	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	3.358.397	3.358.397	1.055.269	1.055.269	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		297.625	297.625	364.501	364.501	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (derivativo embutido)	31.1	Nível 2	25.794	25.794	3.547	3.547	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	8		313.451	313.451	247.839	247.839	Custo amortizado
Total			4.092.252	4.092.252	2.328.199	2.328.199	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	14		268.333	268.333	361.332	361.332	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16		6.522.811	6.475.880	4.773.551	4.049.761	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	16		1.370.694	1.370.694	1.442.970	1.429.516	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	17		119.674	119.674	104.963	104.321	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (moeda estrangeira)	31	Nível 2	219.754	219.754	49.384	49.384	Designado para hedge de fluxo de caixa
Obrigações de aquisições	21		255.347	255.347	278.204	278.204	Custo amortizado
Opção de recompra de participação acionária	22		12.910	12.910	—	—	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			324	324	1.227	1.227	Custo amortizado
Total			8.769.847	8.722.916	7.011.631	6.273.745	

Durante o período findo em 30 de setembro de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco nível 3.

Notas Explicativas



Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *swaps*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI. O item (i) se qualifica como *hedge accounting* e está classificado como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2022:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nominal (moeda estrangeira)	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	44.262
31/03/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	45.653
Subtotal moeda estrangeira					254.291	89.915
Total					254.291	89.915

(i) A AES Operações contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$ 116.122 e US\$ 138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 16.3), captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

Notas Explicativas

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2022 é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.403	61.258	96.985	657.043
Investimentos de curto prazo	4	358.827	—	3.358.397	1.055.269
Contas a receber de clientes	5	—	—	297.625	364.501
Cauções e depósitos vinculados	8	—	—	313.451	247.839
Total da exposição		416.230	61.258	4.066.458	2.324.652

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Nota	Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	7.893.505	6.216.521
Garantias de financiamento	8	(273.113)	(209.378)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(96.985)	(657.043)
Investimentos de curto prazo	4	(3.358.397)	(1.055.269)
Dívida líquida		4.165.010	4.294.831
Patrimônio líquido		5.392.082	4.034.236
Índice de alavancagem financeira		77,24%	106,46%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de setembro de 2022, 6,15% (15,06% em 31 de dezembro de 2021) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 6,19 anos (4,0 anos em 31 de dezembro de 2021).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 16.3.

Notas Explicativas

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 30 de setembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	268.333	—	—	—	—	268.333	361.332
Debêntures	192.929	667.101	2.386.683	3.157.151	3.718.877	10.122.741	5.592.234
Empréstimos e Financiamentos	49.231	254.674	1.435.402	928.023	558.793	3.226.123	3.254.942
Passivo de arrendamento	615	3.875	767	19.296	95.121	119.674	104.963
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	324	—	—	—	324	1.227
Obrigações de aquisições	75.965	107.049	72.333	—	—	255.347	278.204
Total	587.073	1.033.023	3.895.185	4.104.470	4.372.791	13.992.542	9.592.902

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2022.

Devido as projeções de juros, os montantes de 2021 foram recalculados e apresentados de forma atualizada.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de setembro de 2022, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2022 é:

	Notas	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	4	86.453	647.542
Investimentos de curto prazo	4	3.358.397	1.055.266
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(7.890.381)	(6.158.122)
Total da exposição líquida		(4.445.531)	(4.455.314)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2022, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.



Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30/09/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,79%	10,19%	13,58%	16,98%	20,37%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	86.453	5.870	8.810	11.740	14.680	17.610
Investimentos de curto prazo	CDI	3.358.397	228.035	342.221	456.070	570.256	684.105
Impacto no resultado			233.905	351.031	467.810	584.936	701.715
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 30/09/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - ativo	IPCA	17.672	463	693	924	1.156	1.387
Ressarcimento - passivo	IPCA	(425.013)	(11.135)	(16.661)	(22.228)	(27.796)	(33.364)
Impacto no resultado			(10.672)	(15.968)	(21.304)	(26.640)	(31.977)
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30/09/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,79%	10,19%	13,58%	16,98%	20,37%
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	CDI	(1.388.332)	(109.094)	(156.769)	(204.304)	(251.979)	(299.515)
Scotiabank 4131 - AES Operações	CDI	(1.370.694)	(115.027)	(162.329)	(209.493)	(256.795)	(303.959)
Debêntures - 1ª Emissão (Companhia)	CDI	(1.061.691)	(89.096)	(125.734)	(162.266)	(198.905)	(235.436)
Impacto no resultado			(313.217)	(444.832)	(576.063)	(707.679)	(838.910)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA	(341.678)	(30.200)	(34.911)	(39.658)	(44.406)	(49.153)
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(38.358)	(4.001)	(4.537)	(5.078)	(5.619)	(6.159)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(55.800)	(5.968)	(6.751)	(7.539)	(8.328)	(9.116)
5ª Emissão - AES Operações	IPCA	(253.576)	(23.662)	(27.174)	(30.713)	(34.252)	(37.791)
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(432.577)	(41.431)	(47.435)	(53.486)	(59.537)	(65.588)
8ª Emissão - AES Operações	IPCA	(222.328)	(19.560)	(22.624)	(25.712)	(28.800)	(31.888)
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(790.901)	(58.949)	(69.715)	(80.564)	(91.413)	(102.261)
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	IPCA	(225.943)	(16.840)	(19.916)	(23.015)	(26.115)	(29.214)
1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA	(958.603)	(71.449)	(84.497)	(97.646)	(110.796)	(123.945)
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA	(343.010)	(25.566)	(30.235)	(34.940)	(39.645)	(44.350)
Outros	IPCA	(50.000)	(3.727)	(4.407)	(5.093)	(5.779)	(6.465)
Impacto no resultado			(297.626)	(347.795)	(398.351)	(448.911)	(499.465)
TJLP			3,25%	4,87%	6,50%	8,12%	9,74%
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP	(167.388)	(9.346)	(12.119)	(14.901)	(17.682)	(20.455)
BNDES - Complexo Ventus	TJLP	(189.502)	(10.581)	(13.720)	(16.870)	(20.018)	(23.157)
Impacto no resultado			(19.927)	(25.839)	(31.771)	(37.700)	(43.612)
Total da exposição líquida			(407.537)	(483.403)	(559.679)	(635.994)	(712.249)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

A dívida dos complexos Salinas e Mandacaru junto ao BNB ("Banco do Nordeste") possui taxa pré fixada, dessa forma, sem exposição ao risco de mercado.

Notas Explicativas



32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

	Consolidado
	01/01/2022 a 30/09/2022
Compensações de PIS e COFINS	45.566
Compensações de IRPJ e CSLL	154
Total	45.720

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora	Consolidado
	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	105.664	172.897
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	—	205.891
Total de pagamento de juros	105.664	378.788

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado
	01/01/2022 a 30/09/2022
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	1.593
Total	1.593

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Nota	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	650.116	157	650.273	6.216.521	1.227	6.217.748
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	1.100.000	—	1.100.000	2.432.917	—	2.432.917
Pagamentos de principal	(689.578)	—	(689.578)	(760.347)	—	(760.347)
Diferimento custos de transação	(7.866)	—	(7.866)	(65.548)	—	(65.548)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(105.664)	—	(105.664)	(584.679)	—	(584.679)
Juros capitalizados	29	—	—	205.891	—	205.891
Pagamento de dividendos	—	(52.841)	(52.841)	—	(903)	(903)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	108.422	—	108.422	421.535	—	421.535
Variação monetária	—	—	—	95.855	—	95.855
Variação cambial	—	—	—	(68.640)	—	(68.640)
Destinação de dividendos	—	52.877	52.877	—	—	—
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.055.430	193	1.055.623	7.893.505	324	7.893.829

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas Explicativas

33. COMPROMISSOS

Em 7 de março de 2022, as controladas indiretas do Complexo Eólico Tucano celebraram um Contrato de Operação e Manutenção ("O&M") para serviços relacionados a 27 Geradores de Turbina Eólica.

Em 30 de setembro de 2022, o impacto desse compromisso contratual para a Companhia e suas controladas, não reconhecido nas informações contábeis intermediárias é demonstrado abaixo:

	Consolidado						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total em 30 de setembro de 2022
Modernização e manutenção de usinas	324.656	77.852	23.426	11.933	8.557	131.417	577.841
							412.743

A Companhia deixou de apresentar a nota explicativa completa trimestralmente, pois os demais compromissos não sofreram alteração no exercício. Conforme destacado na nota explicativa nº 3.1, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2021, publicadas em 28 de fevereiro de 2022.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de Capital Privado

Em 03 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia homologou o Aumento de Capital com a emissão de 106.599.446 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas, ao preço de emissão de R\$9,61 por ação, totalizando R\$1.024.420, tendo sido destinado (i) à conta de capital social, o montante R\$50.000; e (ii) à conta de reserva de capital, o montante de R\$974.420.

Até a data de 30 de setembro de 2022, a Companhia recebeu de seus acionistas a título do exercício de preferência na subscrição o valor de R\$ 917.064, dentro do limite do capital privado autorizado, o qual foi registrado como AFAC no patrimônio líquido da Companhia. Os recursos serão utilizados para viabilizar a aquisição dos Complexos Eólicos Ventos do Araripe, Caetés e Cassino, vide nota explicativa 2.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

a. Objeto da projeção

A Companhia divulga o **investimento anual estimado** para o exercício anual corrente e próximos quatro exercícios, divididos em investimentos destinados à manutenção e modernização dos ativos em operação, e investimentos destinados à expansão, com a construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína.

b. Período projetado e prazo de validade da projeção

A Companhia divulga suas projeções de investimentos para o exercício social corrente e próximos quatro exercícios, podendo reavaliar sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c. Premissas da projeção

As projeções de **investimentos** da Companhia são baseadas, principalmente, nas seguintes premissas:

- Cronograma de construção dos projetos eólicos Tucano e Cajuína;
- Cronograma de manutenções e modernização dos ativos operacionais;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Indicadores de crescimento;
- Iniciativas estratégicas;
- Obrigações regulatórias

d. Valores dos indicadores que são objeto de previsão

A Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 3,8 bilhões no período de 2022 até 2026, destinados à expansão dos projetos já contratados e com plano de construção definido, com destaque para a construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína, e à modernização e manutenção de seus ativos em operação, conforme apresentado na tabela a seguir.

Investimentos - R\$ milhões ¹	2022E	2023E	2024E	2025E	2026E	Total
Modernização e Manutenção	135,1	92,5	86,8	96,7	61,6	472,8
Expansão	2.647,9	638,5	24,3	-	-	3.310,7
Complexo Eólico Tucano	615,0	-	-	-	-	615,0
Complexo Eólico Cajuína	2.032,9	638,5	24,3	-	-	2.695,7
Total Investimentos	2.783,0	731,0	111,2	96,7	61,6	3.783,5
Juros de Capitalização ²	4,5	6,7	6,1	7,4	4,6	29,2
Total Investimentos + Juros	2.787,4	737,6	117,3	104,1	66,3	3.812,7

¹ Valores reais em fevereiro de 2022, de acordo com a participação da AES Brasil nos casos de constituição de *joint ventures*. ² Não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

e. Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

Setembro de 2022 – Acompanhamento:

Encerrado o terceiro trimestre de 2022, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2022-2026), conforme apresentado na tabela do item “d.”.

Em função do crescimento da Companhia e consequente avanço na construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína, os investimentos da AES Brasil totalizaram R\$ 1.420,6 milhões em 2022, até setembro.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais
Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Energia S.A.
São Paulo - SP
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados correspondentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas correspondentes do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021, e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixas e do valor adicionado (DVA) para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 03 de novembro de 2022, sem modificação.

São Paulo, 03 de novembro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O-4-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, EY Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis intermediárias da Companhia referentes ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022.

São Paulo, 31 de outubro de 2022.

Diretores:

Alessandro Gregori Filho
Vice Presidente de Finanças e RI

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Rogério Pereira Jorge
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, EY Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis intermediárias da Companhia referentes ao exercício social findo em 30 de setembro de 2022.

São Paulo, 31 de outubro de 2022.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Rogério Pereira Jorge
Diretor Vice-Presidente